

O CASAMENTO INFELIZ ENTRE MARXISMO E FEMINISMO: POR UMA UNIÃO MAIS PROGRESSISTA¹

THE UNHAPPY MARRIAGE OF MARXISM AND FEMINISM: TOWARDS A MORE PROGRESSIVE UNION

EL INFELIZ MATRIMONIO ENTRE MARXISMO Y FEMINISMO: HACIA UNA UNIÓN MÁS PROGRESISTA

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v17i1.67473>

Heidi Hartmann

(Tradução: Livia de Cássia Godoi Moraes². Revisão de Tradução: Felipe Souza de Miranda³)

O “casamento” entre marxismo e feminismo tem sido como o casamento entre marido e esposa descrito na *English Common Law* [Direito Comum Inglês]: o marxismo e o feminismo são um só, e esse um é o marxismo⁴. As tentativas recentes de integrar o marxismo e o feminismo são insatisfatórias para nós, feministas, porque subordinam a luta feminista a uma luta “mais ampla” contra o capital. Para continuar com a nossa analogia, ou precisamos de um casamento mais saudável, ou precisamos de um divórcio.

As desigualdades nesse casamento, tal como na maioria dos fenômenos sociais, não são acidentais. Muitos marxistas usualmente argumentam que o feminismo é, na melhor das hipóteses, menos importante do que a luta de classes, e, na pior, divide a classe trabalhadora. Essa posição política produz uma análise que subordina o feminismo à luta de classes. Além disso, o poder de análise do marxismo em relação ao capital velou as suas limitações com relação ao sexismo. Argumentaremos aqui que, embora a análise marxista forneça uma visão fundamental das leis do desenvolvimento histórico, e das leis do capital em particular, as categorias do marxismo são indiferentes em relação ao sexo. Só uma análise especificamente feminista revela o carácter sistêmico das relações entre homens e mulheres. No entanto, a análise feminista por si só é inadequada porque tem sido indiferente à história e insuficientemente materialista. Ambas, tanto a análise marxista, particularmente o seu método histórico e materialista, quanto a análise feminista, especialmente a identificação do patriarcado como uma estrutura social e histórica, devem ser utilizadas se quisermos compreender o desenvolvimento das sociedades capitalistas ocidentais e

a situação das mulheres no interior delas. Neste ensaio, sugerimos uma nova direção para a análise feminista marxista.

A Parte I do nosso debate examina diversas abordagens marxistas sobre a “questão da mulher”. Em seguida, na Parte II, nos debruçamos sobre o trabalho das feministas radicais. Depois de assinalarmos as limitações das definições do feminismo radical sobre patriarcado, apresentamos as nossas próprias definições. Na Parte III, tentamos apontar os pontos fortes de ambos, do marxismo e do feminismo, para fazer sugestões sobre o desenvolvimento das sociedades capitalistas e sobre a atual situação das mulheres. Buscamos utilizar o método marxista para analisar os objetivos feministas, corrigindo a disparidade no recente trabalho feminista socialista, e sugerindo uma análise mais completa da nossa formação socioeconômica atual. Argumentamos que uma análise materialista demonstra que o patriarcado não é simplesmente uma estrutura psíquica, mas também uma estrutura econômica e social. Sugerimos que a nossa sociedade pode ser melhor compreendida quando se reconhece que está organizada tanto de forma capitalista quanto patriarcal. Ao assinalarmos as tensões entre os interesses patriarcais e os capitalistas, argumentamos que a acumulação de capital não só se acomoda à estrutura patriarcal, como ajuda a perpetuá-la. Nesse contexto, sugerimos que a ideologia sexista assumiu uma forma particularmente capitalista no presente, demonstrando como as relações patriarcais tendem a reforçar o capitalismo. Defendemos, em suma, que se desenvolveu uma associação entre o patriarcado e o capitalismo.

Na seção conclusiva, Parte IV, argumentamos que as relações *políticas* entre marxismo e feminismo são responsáveis pelo domínio do marxismo sobre o feminismo na concepção da esquerda sobre a “questão da mulher”. Assim, uma união mais progressista entre o marxismo e o feminismo exige não só uma melhor compreensão intelectual das relações de classe e sexo, mas também que a associação substitua o domínio e a subordinação na política de esquerda.

I. O MARXISMO E A QUESTÃO DA MULHER

A “questão da mulher” nunca foi a “questão feminista”. A “questão feminista” está direcionada às causas da desigualdade sexual entre mulheres e homens, à dominação masculina sobre as mulheres. A maioria das análises marxistas acerca da posição das mulheres toma como problema a relação das mulheres com o sistema econômico, em vez das mulheres em relação aos homens, aparentemente assumindo que esta última será explicada no interior da primeira. A análise marxista da “questão da mulher” tem assumido três formas principais. Todas veem a opressão às mulheres na nossa vinculação (ou na falta dela) com a produção. Ao tomar as mulheres como parte da classe trabalhadora, essas análises constantemente subordinam a relação de mulheres com homens à relação de trabalhadores com o capital. Em primeiro lugar, os marxistas precursores, incluindo Marx, Engels, Kautsky e Lenin, viram o capitalismo arrastando todas as mulheres para a força de trabalho assalariada, e observaram que esse processo se encaminhava para a abolição da divisão sexual do trabalho. Em segundo lugar, os marxistas contemporâneos incorporaram as mulheres em análises da vida cotidiana no capitalismo. Nessa perspectiva, todos os aspectos das nossas vidas são vistos como reprodutores do sistema capitalista, no

qual todas nós somos trabalhadoras. E, em terceiro lugar, as feministas marxistas têm se centrado na análise do trabalho doméstico e na sua relação com o capital, sendo que algumas delas argumentam que o trabalho doméstico produz mais-valia e que as donas de casa trabalham diretamente para os capitalistas. Essas três abordagens serão examinadas separadamente.

Engels, em *The Origin of the Family, Private Property and the State* [*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*], reconheceu a posição subordinada das mulheres, atribuindo à instituição da propriedade privada⁵. Argumentou que, nas famílias burguesas, as mulheres tinham que servir aos seus senhores, serem monogâmicas e produzirem herdeiros para a propriedade da família, e continuariam a aumentá-la. Entre proletários, afirmava Engels, as mulheres não eram oprimidas, porque não havia propriedade privada a herdar. Engels assinalou ainda que, à medida em que a extensão do trabalho assalariado destruiu a pequena propriedade camponesa, e as mulheres e crianças eram incorporadas na força de trabalho assalariada juntamente com os homens, a autoridade do homem chefe de família era minada, e as relações patriarcais seriam destruídas⁶.

Para Engels, portanto, a participação das mulheres no mercado de trabalho era a chave para a sua emancipação. O capitalismo aboliria as diferenças de sexo e trataria todos os trabalhadores e as trabalhadoras de forma igualitária. As mulheres se tornariam economicamente independentes dos homens e participariam, em pé de igualdade com os homens na concretização da revolução proletária. Após a revolução, quando todas as pessoas fossem trabalhadoras, e a propriedade privada fosse abolida, as mulheres seriam emancipadas tanto do capital como dos homens. Os marxistas estavam conscientes das dificuldades que a participação das mulheres na força de trabalho acarretava para mulheres e para suas famílias, o que resultava em mulheres terem dois trabalhos: o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho assalariado. No entanto, a sua ênfase era menos na subordinação contínua das mulheres na unidade doméstica do que no progressivo caráter de “erosão” das relações patriarcais pelo capitalismo. No socialismo, o trabalho doméstico seria coletivizado e as mulheres seriam libertadas do seu duplo fardo.

As implicações políticas dessa primeira abordagem marxista são evidentes. A libertação das mulheres requer, em primeiro lugar, que as mulheres se tornem trabalhadoras assalariadas como os homens e, em segundo lugar, que se unam aos homens na luta revolucionária contra o capitalismo. O capital e a propriedade privada, segundo os precursores do marxismo, eram a causa da particular opressão às mulheres, tal como o capital era a causa da exploração de trabalhadores em geral.

Embora conscientes da situação deplorável das mulheres do seu tempo, os marxistas precursores não se concentraram nas diferenças entre as experiências dos homens e as das mulheres sob o capitalismo. Não deram enfoque nas “questões feministas” – como e por que as mulheres são oprimidas enquanto mulheres. Por conseguinte, não reconheceram os interesses adquiridos que os homens tinham na subordinação contínua das mulheres. Como argumentaremos na Parte III, os homens se beneficiavam do fato de não terem que realizar o trabalho doméstico, de terem suas esposas e filhas a seu serviço e de ocuparem os melhores postos no mercado de trabalho. As relações patriarcais, longe de serem resquícios herdados do passado, que seriam rapidamente superados pelo capitalismo, como sugeriram os marxistas precursores, ao contrário, sobreviveram e prosperaram ao seu lado. E, uma vez que o capital e a

propriedade privada não causam a opressão às mulheres enquanto mulheres, o seu fim, por si só, não resultará no fim da opressão às mulheres.

Talvez o mais popular dos artigos recentes que exemplificam a segunda abordagem marxista, a escola da vida cotidiana, seja a sequência de Eli Zaretsky na *Socialist Revolution*⁷. Embora Zaretsky, em concordância com a análise feminista, defenda que o sexismo não é um fenômeno novo produzido pelo capitalismo, sublinha que a forma particular que o sexismo assume atualmente foi moldada pelo capital. O autor se concentra nas experiências diferenciadas de homens e mulheres no capitalismo. Tendo escrito um século depois de Engels, quando o capitalismo já tinha amadurecido, Zaretsky salienta que o capitalismo não incorporou todas as mulheres na força de trabalho em condições de igualdade com os homens. Pelo contrário, o capital criou uma separação entre a unidade doméstica, a família e a vida pessoal, por um lado, e o local de trabalho, por outro⁸.

Conforme Zaretsky, o sexismo se tornou mais agressivo sob o capitalismo devido a essa separação entre o trabalho assalariado e o trabalho doméstico. O aumento da opressão às mulheres é causado pela sua exclusão do trabalho assalariado. Zaretsky argumenta que, enquanto os homens são oprimidos pelo fato de terem que realizar trabalho assalariado, as mulheres são oprimidas pelo fato de não lhes é permitido realizar trabalho assalariado. A exclusão das mulheres da força de trabalho assalariada foi causada originalmente pelo capitalismo, porque o capitalismo cria o trabalho assalariado fora da unidade doméstica, mas exige que as mulheres trabalhem dentro dela para reproduzir trabalhadores assalariados para o sistema capitalista. As mulheres reproduzem a força de trabalho, dão apoio psicológico aos trabalhadores e fornecem uma ilha de intimidade em um mar de alienação. Do ponto de vista de Zaretsky, as mulheres trabalham para o capital e não para os homens; é apenas a separação entre a unidade doméstica e o local de trabalho, e a privatização do trabalho doméstico fomentada pelo capitalismo, que criam a *aparência* de que as mulheres estão trabalhando para os homens, de forma privada, na unidade doméstica. A diferença entre a *aparência*, de que as mulheres trabalham para os homens, e a *realidade*, de que as mulheres trabalham para o capital, causou uma desorientação das energias no movimento das mulheres. As mulheres devem reconhecer que elas também fazem parte da classe trabalhadora, mesmo que trabalhem na unidade doméstica.

Na visão de Zaretsky, “a dona de casa surgiu concomitantemente ao proletário, ambos [como] trabalhadores característicos da sociedade capitalista desenvolvida”, e a segmentação das suas vidas oprime tanto o marido-proletário como a esposa-dona de casa. Só uma reconceitualização da “produção”, que incluía o trabalho das mulheres na unidade doméstica e todas as outras atividades socialmente necessárias, permitirá aos socialistas lutarem para estabelecer uma sociedade em que essa separação destrutiva seja superada. Segundo Zaretsky, homens e mulheres, juntos (ou separadamente), deveriam lutar para reunir as esferas segmentadas das suas vidas, para criar um socialismo humano que satisfaça todas as necessidades, tanto privadas como públicas. Reconhecendo o capitalismo como a raiz de seus problemas, homens e mulheres lutarão contra o capital, e não uns contra os outros. Uma vez que o capital causa a separação das nossas vidas privada e pública, o fim do capitalismo acabaria com essa separação, e reuniria as nossas vidas, acabando com a opressão a ambos, homens e mulheres.

A análise de Zaretsky deve muito ao movimento feminista, mas, em última instância, ele acaba por defender uma reorientação desse movimento. Zaretsky aceitou o argumento feminista de que o sexismo é anterior ao capitalismo; aceitou, também, grande parte do argumento feminista marxista de que o trabalho doméstico é crucial para a reprodução do capital; reconheceu que o trabalho doméstico é um trabalho árduo, e não o menospreza; bem como utiliza os conceitos de supremacia masculina e sexismo. Mas a sua análise se assenta, ao fim e ao cabo, na noção de separação, no conceito de *divisão* como o cerne do problema, uma divisão atribuível ao capitalismo. Tal como no argumento das “esferas complementares” do início do século XX, que defendia que a esfera das mulheres e a esfera dos homens eram complementares, ou seja, separadas, mas igualmente relevantes, Zaretsky nega, em grande medida, a existência e a importância da *desigualdade* entre homens e mulheres. A sua atenção se volta à relação das mulheres, da família e da esfera privada com o capitalismo. Além disso, mesmo que o capitalismo tenha criado a esfera privada, como Zaretsky argumenta, por que é que as *mulheres* trabalham nela e os *homens* na força de trabalho? Certamente que isto não pode ser explicado sem referência ao patriarcado, o domínio sistêmico dos homens sobre as mulheres. Do nosso ponto de vista, o problema na família, no mercado de trabalho, na economia e na sociedade não é simplesmente uma divisão do trabalho entre homens e mulheres, mas uma divisão que coloca os homens em uma posição superior e as mulheres em uma posição subordinada.

Assim como Engels vê a propriedade privada como aporte capitalista para a opressão às mulheres, Zaretsky vê a privacidade. Porque as mulheres trabalham de forma privada na unidade doméstica, elas são oprimidas. Zaretsky e Engels idealizaram a família e a comunidade pré-industriais, nas quais homens e mulheres, adultos e crianças trabalhavam juntos, em uma empreitada centrada na família, em que todos participavam de forma comunitária. O socialismo humano de Zaretsky reunirá a família e recriará aquela “oficina feliz”.

Embora defendamos que o socialismo é do interesse tanto dos homens como das mulheres, não é de todo nítido que estejamos lutando pelo mesmo tipo de “socialismo humano”, ou que tenhamos a mesma concepção de luta necessária para chegar lá, e, muito menos, que o capital em si seja o único responsável pela nossa atual opressão. Enquanto Zaretsky pensa que o trabalho das mulheres *aparenta* ser para os homens, mas, na realidade, é para o capital, nós pensamos que o trabalho das mulheres na família é *realmente* para os homens – ainda que, evidentemente, também reproduza o capitalismo. Reconceitualizar a produção pode nos ajudar a pensar sobre o tipo de sociedade que queremos criar. Mas entre o agora e a sua criação, a luta entre homens e mulheres tende a continuar sendo concomitante à luta contra o capital.

As feministas marxistas que se debruçaram sobre o trabalho doméstico também subordinaram a luta feminista à luta contra o capital. A análise teórica de Mariarosa Dalla Costa sobre o trabalho doméstico é, essencialmente, um argumento sobre a relação do trabalho doméstico com o capital, e o lugar do trabalho doméstico na sociedade capitalista, e não sobre as relações entre homens e mulheres como exemplificadas no trabalho doméstico¹⁰. Não obstante, a posição política de Dalla Costa, segundo a qual as mulheres devem exigir salários pelo trabalho doméstico, aumentou consideravelmente a consciência da importância deste trabalho no movimento de mulheres. A reivindicação era, e ainda é, *Germinar: marxismo e educação em debate, Salvador, v.17, n.1, p. 314 – 343, mai. 2025. ISSN: 2175-5604*

debatida em grupos de mulheres por todos os Estados Unidos¹¹. Ao afirmar que as mulheres na unidade doméstica não apenas prestam serviços essenciais ao capital, reproduzindo a força de trabalho, mas também criam mais-valia através desse trabalho¹², Dalla Costa também aumentou consideravelmente a consciência da esquerda sobre a importância do trabalho doméstico, e provocou um longo debate sobre a relação do trabalho doméstico com o capital¹³.

Dalla Costa parte da concepção feminista sobre o trabalho doméstico como um trabalho real para reivindicar a sua legitimidade no capitalismo, defendendo que deveria ser um trabalho assalariado. As mulheres deveriam exigir salários pelo trabalho doméstico, em vez de se deixarem forçar a ingressar na força de trabalho tradicional, onde, fazendo uma “dupla jornada”, essas mulheres continuariam a prestar serviços domésticos gratuitos ao capital, assim como o fazem no trabalho assalariado. Dalla Costa sugere que se as mulheres recebessem salário pelo trabalho doméstico, poderiam organizá-lo coletivamente, prestando cuidados comunitários às crianças, preparando refeições, etc. Exigir salários e receber salários aumentaria a consciência sobre a importância do seu trabalho; veriam o seu significado social, bem como a sua necessidade privada. Seria um primeiro passo necessário para uma mudança social mais abrangente.

Dalla Costa argumenta que o que é socialmente importante no trabalho doméstico, é necessidade para o capital. Nisso reside a importância estratégica das mulheres. Ao exigirem salários para o trabalho doméstico e ao se recusarem a participar do mercado de trabalho, as mulheres poderiam conduzir a luta contra o capital. As organizações comunitárias de mulheres podem ser subversivas, e estabelecerem as bases não só para a resistência ao avanço do capital, mas também para a formação de uma nova sociedade.

Dalla Costa reconhece que os homens resistirão à libertação das mulheres (o que deverá ocorrer à medida que as mulheres se organizem nas suas comunidades) e que as mulheres terão que lutar contra eles, mas essa luta é uma luta auxiliar que precisa ser travada para atingir o objetivo final, que é o socialismo. Para Dalla Costa, as lutas das mulheres são revolucionárias não somente por serem feministas, mas por serem anticapitalistas. A autora encontra um lugar na revolução para a luta das mulheres, tornando-as produtoras de mais-valia e, portanto, parte da classe trabalhadora. Isso legitima a atividade política das mulheres¹⁴.

O movimento de mulheres nunca duvidou da importância da luta das mulheres porque, para as feministas, o *objetivo* é a libertação das mulheres, que só pode ser alcançada através da luta realizada pelas mulheres. A contribuição de Dalla Costa para aumentar a nossa compreensão da natureza social do trabalho doméstico foi um avanço incalculável. Mas, tal como em outras abordagens marxistas aqui analisadas, a sua se centra no capital – e não nas relações entre homens e mulheres. O fato de homens e mulheres terem interesses, objetivos e estratégias diferentes é encoberto pela sua análise sobre a forma como o sistema capitalista mantém todas as pessoas subordinadas, e sobre o importante e, talvez estratégico, papel do trabalho das mulheres nesse sistema. A retórica do feminismo está presente na escrita de Dalla Costa (a opressão às mulheres, a luta contra os homens), mas o enfoque do feminismo não está presente. Se estivesse, Dalla Costa poderia argumentar, por exemplo, que a importância do trabalho doméstico, como relação social, reside no seu papel crucial de perpetuação da supremacia masculina. A *Germinar: marxismo e educação em debate, Salvador, v.17, n.1, p. 314 – 343, mai. 2025. ISSN: 2175-5604* 319

constatação de que as mulheres fazem o trabalho doméstico, realizando trabalho para os homens, é crucial para a manutenção do patriarcado.

Engels, Zaretsky e Dalla Costa não analisam suficientemente o processo de trabalho no interior da família. Quem se beneficia do trabalho das mulheres? Certamente os capitalistas, mas também, definitivamente, os homens, que, como maridos e pais, recebem serviços personalizados na unidade doméstica. O conteúdo e a extensão dos serviços podem variar conforme a classe ou o grupo étnico-racial, mas o fato de que os recebem, não muda. Os homens têm um nível de vida mais elevado do que as mulheres, em termos de consumo de luxo, tempo livre e serviços personalizados¹⁵. Uma abordagem materialista não deve ignorar esse ponto crucial¹⁶. Disso resulta que os homens têm um interesse material na continuação da opressão às mulheres. A longo prazo, isso pode ser uma “falsa consciência”, uma vez que a maioria dos homens poderia se beneficiar da abolição da hierarquia imposta pelo patriarcado. Mas, a curto prazo, isso equivale ao controle sobre o trabalho de outras pessoas, controle que os homens não estão dispostos a renunciar voluntariamente.

Enquanto a abordagem dos marxistas precursores ignorava o trabalho doméstico e sublinhava a participação das mulheres na força de trabalho, as duas abordagens mais recentes dão maior ênfase ao trabalho doméstico ao ponto que ignoram o atual papel das mulheres no mercado de trabalho. De todo modo, as três tentam incluir as mulheres na categoria classe trabalhadora e compreender a opressão às mulheres como outro aspecto da opressão de classe. Ao fazê-lo, todas dão pouca importância ao objeto da análise feminista, qual seja, as relações entre mulheres e homens. Embora os nossos “problemas” tenham sido elegantemente analisados, foram mal compreendidos. O foco da análise marxista tem sido as relações de classe; o objeto da análise marxista tem sido a compreensão das leis da dinâmica da sociedade capitalista. Embora acreditemos que o método marxista *possa* ser usado para formular uma estratégia feminista, essas abordagens feministas marxistas discutidas acima evidentemente não o fazem; nelas, o marxismo, nitidamente, domina o feminismo.

Como já sugerimos, isso se deve, em parte, ao poder analítico do próprio marxismo. O marxismo é uma teoria do desenvolvimento da sociedade de classes, do processo de acumulação nas sociedades capitalistas, da reprodução da dominação de classe e do desenvolvimento das contradições e da luta de classes. As sociedades capitalistas são movidas pelas determinações do processo de acumulação, sumarizadas pelo fato da produção ser orientada para a troca e não para o uso. No sistema capitalista, a produção só é importante na medida em que contribui para a obtenção de lucros, e o valor de uso dos produtos é apenas uma consideração incidental. Os lucros derivam da capacidade dos capitalistas de explorarem a força de trabalho, de pagarem aos trabalhadores e às trabalhadoras menos do que o valor daquilo que produzem. A acumulação de lucros transforma sistematicamente a estrutura social na medida em que transforma as relações de produção. O exército industrial de reserva, a pobreza de um grande número de pessoas e a quase pobreza de um número ainda maior, essas restrições humanas do capital, são subprodutos do próprio processo de acumulação. Do ponto de vista do capitalista, a reprodução da classe trabalhadora pode “ser deixada a si mesma”¹⁷. Ao mesmo tempo, o capital cria uma ideologia, que cresce com ele, de individualismo, da competitividade, do domínio e, em nosso tempo, de um tipo particular de

consumo. Qualquer que seja a teoria que se produza sobre a gênese da ideologia, é preciso reconhecer que esses são valores dominantes das sociedades capitalistas.

O marxismo nos possibilita compreender muitos aspectos das sociedades capitalistas: a estrutura de produção, a organização de uma estrutura ocupacional específica e a natureza da ideologia dominante. A teoria de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo é uma teoria do desenvolvimento de “lugares vazios”. Marx anteviu, por exemplo, o crescimento do proletariado e o desaparecimento da pequena burguesia. Braverman, dentre outros, explicou, de forma mais precisa e pormenorizada, a criação dos “lugares” para funcionários públicos e para trabalhadores de serviços nas sociedades capitalistas avançadas¹⁸. Tal como o capital cria esses lugares indiferentemente aos indivíduos que os ocupam, as categorias de análise marxista – classe, exército industrial de reserva, trabalhador assalariado – não explicam por que é que determinadas pessoas ocupam determinados lugares. Não dão qualquer pista sobre a razão pela qual as *mulheres* estão subordinadas aos *homens* dentro e fora da família, e a razão por não ser o contrário. *As categorias marxistas, como o próprio capital, são indiferentes ao sexo.* As categorias marxistas não podem nos dizer quem irá preencher os lugares vazios. A análise marxista da “questão da mulher” tem sofrido desse problema fundamental.

Em direção a um feminismo marxista mais útil

O marxismo é, também, um *método* de análise social, o materialismo histórico-dialético. Juliet Mitchell e Shulamith Firestone, ao colocarem esse método a serviço das questões feministas, sugerem novas direções para o feminismo marxista. Mitchell afirmou acertadamente, do nosso ponto de vista, que

Não é a “nossa relação” com o socialismo que deveria ser *sempre* a questão – é a utilização do socialismo científico [a que chamamos método marxista] como método de análise da natureza específica da nossa opressão e, conseqüentemente, do nosso papel revolucionário. Tal método, creio eu, precisa compreender o feminismo radical tanto quanto compreende as teorias socialistas previamente desenvolvidas¹⁹.

Como Engels escreveu:

De acordo com a concepção materialista, o momento determinante da história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Todavia, ela própria possui duas facetas: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, vestuário, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a reprodução do gênero. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por esses dois modos de produção [...] ²⁰.

Foi esse o tipo de análise que Mitchell tentou efetuar. No seu primeiro ensaio, “Women: The Longest Revolution” [“Mulheres: a revolução mais longa”], Mitchell examinou ambos os trabalhos, tanto o do mercado de trabalho, quanto o de reprodução, sexualidade e cuidado de filhos e filhas²¹.

Mitchell não é totalmente exitosa, talvez porque nem todo o trabalho das mulheres conta como produção para a autora. Somente o trabalho no mercado de trabalho é identificado como produção; as outras esferas (que ela nomeia de forma pouco cautelosa de família), em que as mulheres trabalham, são identificadas como ideológicas. O patriarcado, que organiza, em grande medida, a reprodução, a

sexualidade e o cuidado de filhos e filhas, não tem qualquer base material para Mitchell. *Women 's Estate*, a versão ampliada que Mitchell faz do referido ensaio, se concentra muito mais no desenvolvimento da análise do trabalho das mulheres no mercado de trabalho do que na análise do desenvolvimento do trabalho das mulheres no interior das famílias. O livro está muito mais preocupado com a relação das mulheres com o capital, e o trabalho delas para o capital, do que com a relação das mulheres com os homens, e o trabalho delas para os homens; ou seja, mais influenciado pelo marxismo do que pelo feminismo radical. Em trabalho posterior, *Psychoanalysis and Feminism* [*Psicanálise e Feminismo*], Mitchell explorou uma área importante para o estudo das relações entre mulheres e homens, nomeadamente a formação de personalidades baseadas no gênero²². O patriarcado opera, parece dizer a autora, primariamente no domínio psicológico, no qual as crianças do sexo feminino e do sexo masculino aprendem a ser mulheres e homens, respectivamente. Aqui, Mitchell se concentra nas esferas que inicialmente negligenciou: a reprodução, a sexualidade e a criação de filhos e filhas. Mas, ao colocá-las no domínio ideológico, manteve a fragilidade que fundamentou a sua análise anterior. Nitidamente apresentou o patriarcado como a estrutura ideológica fundamental, tal como o capital enquanto estrutura econômica fundamental: “Para colocar a questão de forma esquemática [...] estamos [...] lidando com duas áreas autônomas: o modo econômico do capitalismo e o modo ideológico do patriarcado”²³.

Embora Mitchell discorra sobre essa interpenetração, a sua insuficiência em dar ao patriarcado uma base material na relação entre a força de trabalho das mulheres e a dos homens, bem como sua similar insuficiência em notar os aspectos materiais do processo de formação de personalidade e de criação do gênero, limitam a pertinência da sua análise.

Ao realizar uma análise materialista para se referir ao patriarcado, Shulamith Firestone cria uma ponte entre o marxismo e o feminismo²⁴. A sua utilização da análise materialista não é tão ambivalente como a de Mitchell. Ela afirma que a dialética do sexo é a dialética histórica fundamental, e a base material do patriarcado é o trabalho que as mulheres fazem para reproduzir a espécie. A importância do trabalho de Firestone na utilização do marxismo para analisar a posição das mulheres na afirmação da existência de uma base material para o patriarcado, no entanto, não pode ser sobrestimada, já que sofre de uma ênfase excessiva na biologia e na reprodução. O que precisamos compreender é como o sexo (um fato biológico) se transforma em gênero (um fenômeno social). É necessário situar todo o trabalho das mulheres no seu contexto social e histórico, e não nos concentrarmos apenas na reprodução. Embora o trabalho de Firestone ofereça uma utilização nova e feminista do método marxista, a sua insistência na primazia do domínio dos homens sobre as mulheres como a pedra angular sobre a qual se assentam toda as demais opressões (classe, idade, raça) sugere que o seu livro se aproxima mais propriamente das feministas radicais do que das feministas marxistas. O trabalho de Firestone é a mais completa demonstração da posição feminista radical.

O livro de Firestone tem sido, felizmente, abandonado pelos marxistas. Zaretsky, por exemplo, o chama de um “apelo à subjetividade”. No entanto, o que foi mais estimulante para as mulheres no livro de Firestone foi a sua análise sobre o poder dos homens sobre as mulheres e a sua raiva, muito salutar, sobre essa situação. O seu capítulo sobre o amor foi, e continua a ser, fundamental para a nossa

compreensão dessa situação. Não se trata apenas de “ideologia masculinista”, com a qual os marxistas devem lidar (uma questão de atitudes), mas de uma exposição das consequências subjetivas do poder dos homens sobre as mulheres, do que se sente quando se vive sob o patriarcado. “O pessoal é político” não é, como diria Zaretsky, um “apelo à subjetividade” para se sentir melhor: é uma exigência para reconhecer o poder dos homens e a subordinação das mulheres como uma realidade social e política.

II. FEMINISMO RADICAL E PATRIARCADO

O grande impulso da escrita feminista radical foi dirigido à criação do *slogan* “o pessoal é político”. As feministas radicais argumentavam que o descontentamento das mulheres não é um lamento neurótico de inadaptadas, mas uma resposta a uma estrutura social em que as mulheres são sistematicamente dominadas, exploradas e oprimidas. A posição inferior das mulheres no mercado de trabalho, a estrutura emocional centrada no homem no casamento de classe média, a utilização das mulheres na publicidade, o suposto entendimento da psique das mulheres nomeadas neuróticas – popularizado pela psicologia acadêmica e clínica – foram investigados e analisados como sendo aspectos da vida das mulheres na sociedade capitalista avançada. A literatura feminista radical é enorme e desafia qualquer sumarização. Ao mesmo tempo, o seu enfoque na psicologia é consistente. O documento de organização das Feministas Radicais de Nova York era “The Politics of the Ego”. “O pessoal é político” significa, para as feministas radicais, que a divisão de classe original e básica é entre os sexos, e que a força motriz da história é a luta dos homens pelo poder e dominação sobre as mulheres, a dialética do sexo²⁵.

De acordo com mencionado, Firestone reescreveu Freud para compreender o desenvolvimento de meninos e meninas em homens e mulheres, em termos de poder²⁶. As suas caracterizações do que são traços de carácter “masculino” e “feminino” são típicas da escrita feminista radical. O masculino busca poder e domínio; é egocêntrico e individualista, competitivo e pragmático; o “modo tecnológico”, segundo Firestone, é masculino. O feminino é voltado para os cuidados, o artístico e o filosófico; o “modo estético” é feminino.

Sem dúvida, a ideia de que o modo estético é feminino teria sido um grande choque para os gregos antigos. É aqui que reside o erro da análise feminista radical: a dialética do sexo, tal como as feministas radicais a apresentam, projeta as características masculinas e femininas conforme aparecem no presente para toda a história. A análise feminista radical tem a sua maior força nessas suas percepções do presente. A sua maior fragilidade é o fato de se centrar no psicológico, o que torna a análise indiferente à história.

A razão para isto reside não só no método feminista radical, mas também na natureza do próprio patriarcado, pois o patriarcado é uma forma de organização social surpreendentemente resiliente. As feministas radicais utilizam o patriarcado para se referirem a um sistema social caracterizado pela dominação dos homens sobre as mulheres. A definição de Kate Millett é clássica:

[...] a nossa sociedade [...] é um patriarcado. O fato se torna imediatamente evidente se nos lembrarmos que o exército, a indústria, a tecnologia, as universidades, a ciência, os

cargos políticos, as finanças – em suma, todas as vias de poder dentro da sociedade, incluindo a força coerciva da polícia, estão inteiramente nas mãos dos homens²⁷.

Essa definição feminista radical de patriarcado se aplica à maioria das sociedades que conhecemos, e não conseguimos distinguir entre elas. A utilização da história pelas feministas radicais se limita, comumente, a fornecer exemplos da existência do patriarcado em todos os tempos e espaços²⁸. Tanto para os cientistas sociais marxistas como para os cientistas sociais tradicionais, antes do movimento das mulheres, o patriarcado referia-se a um sistema de relações entre os homens, que constituía os contornos políticos e econômicos das sociedades feudais e de algumas sociedades pré-feudais, em que a hierarquia seguia características adscritas. As sociedades capitalistas são entendidas por cientistas sociais burgueses como meritocráticas, burocráticas e impessoais; os marxistas veem as sociedades capitalistas como sistemas de dominação de classe²⁹. Para ambos os tipos de cientistas sociais, nem as sociedades patriarcais históricas nem as sociedades capitalistas ocidentais atuais são entendidas como sistemas de relações entre homens autorizados a dominarem as mulheres.

Por uma definição de patriarcado

Podemos usualmente definir o patriarcado como um conjunto de relações sociais entre homens, que têm uma base material, e que, embora hierarquizadas, estabelecem ou criam interdependência e solidariedade entre eles, lhes possibilitando dominar as mulheres. Embora o patriarcado seja hierárquico e os homens de diferentes classes, raças ou grupos étnicos ocupem lugares diferentes no patriarcado, estão unidos na sua relação comum de domínio sobre as mulheres; e dependem uns dos outros para manter esse domínio. As hierarquias “funcionam”, pelo menos em parte, porque criam interesses constituídos no *status quo*. Os que estão nos níveis mais altos podem “subornar” os que estão nos níveis mais baixos, oferecendo-lhes poder sobre os que estão ainda mais abaixo. Na hierarquia do patriarcado, todos os homens, independentemente da sua posição, são subornados pelo oferecimento de capacidade de controlar pelo menos algumas mulheres. Há alguns indícios que sugerem que, quando o patriarcado foi institucionalizado pela primeira vez nas sociedades estatais, os governantes ascendentes tornaram, literalmente, os homens chefes das suas famílias (impondo o seu controle sobre as mulheres e filhos e filhas) em troca dos homens cederem alguns dos seus recursos tribais aos novos governantes³⁰. Os homens são dependentes uns dos outros (apesar da sua ordem hierárquica) para manterem o controle sobre as mulheres.

A base material sobre a qual se assenta o patriarcado é, fundamentalmente, o controle dos homens sobre a força de trabalho das mulheres. Os homens mantêm esse controle excluindo as mulheres do acesso a alguns recursos produtivos essenciais (nas sociedades capitalistas, por exemplo, empregos que pagam salários dignos) e restringindo a sexualidade das mulheres³¹. O casamento heterossexual monogâmico é uma forma relativamente recente e eficaz, que parece permitir aos homens controlar ambos os campos. O controle do acesso das mulheres aos recursos e à própria sexualidade permite, por sua vez, que os homens controlem a força de trabalho das mulheres, tanto para o propósito de servir os

homens, de muitas maneiras, pessoais e sexuais, quanto para o propósito de criar filhas e filhos. Os serviços que as mulheres prestam aos homens e que os dispensam de realizar tarefas desagradáveis (como limpar banheiros) ocorrem tanto dentro como fora do contexto familiar. Exemplos deste último incluem o assédio a mulheres trabalhadoras e estudantes por chefes e professores do sexo masculino, bem como o uso comum de secretárias para realizar tarefas pessoais, fazer café e proporcionar ambientes “sensuais”. A criação de filhos, quer a sua força de trabalho seja ou não de benefício imediato para seus pais, é, sem dúvida, uma tarefa crucial para a perpetuação do patriarcado como sistema. Tal como a sociedade de classes tem de ser reproduzida pelas escolas, locais de trabalho, normas de consumo, etc., o mesmo acontece com as relações sociais patriarcais. Na nossa sociedade, as crianças são geralmente criadas por mulheres na unidade doméstica, mulheres socialmente definidas e reconhecidas como inferiores aos homens, enquanto homens aparecem, raramente, no cenário doméstico. As crianças criadas desta maneira, geralmente, aprendem muito bem seus lugares na hierarquia de gênero. Central para esse processo, no entanto, são as áreas fora da unidade doméstica, onde os comportamentos patriarcais são ensinados, e a posição inferior das mulheres é imposta e reforçada: igrejas, escolas, ginásios esportivos, clubes, sindicatos, exércitos, fábricas, escritórios, centros de saúde, meios de comunicação social, etc.

Assim, a base material do patriarcado não se alicerça apenas na educação de filhos e filhas nas famílias, mas em todas as estruturas sociais que permitem aos homens controlar o trabalho das mulheres. Os aspectos das estruturas sociais que perpetuam o patriarcado são teoricamente identificáveis e, por conseguinte, separáveis dos seus outros aspectos. Gayle Rubin aumentou enormemente a nossa capacidade de identificar o elemento patriarcal dessas estruturas sociais, identificando os “sistemas de sexo/gênero”:

[...] um “sistema de sexo/gênero” consiste em uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas³².

Nascemos fêmea e macho, sexos biológicos, mas somos criados como mulher e homem, gêneros socialmente reconhecidos. A forma *como* somos criados é o segundo aspecto do *modo* de produção de que falava Engels, “a produção dos próprios seres humanos, a propagação da espécie”.

A forma como as pessoas propagam a espécie é socialmente determinada. Se, biologicamente, as pessoas fossem sexualmente polimorfas e a sociedade estivesse organizada de tal modo que todas as formas de expressão sexual fossem igualmente permitidas, a reprodução resultaria apenas de alguns encontros sexuais, os encontros heterossexuais. A estrita divisão do trabalho por sexo, uma invenção social comum a todas as sociedades conhecidas, cria dois gêneros muito separados, e a necessidade de homens e mulheres se juntarem por razões econômicas. Isso contribui para a orientação das necessidades sexuais para a realização heterossexual, e ajuda a assegurar a reprodução biológica. Em sociedades mais imaginativas, a reprodução biológica poderá ser assegurada por outras técnicas, mas a divisão do trabalho por sexo parece ser a solução universal até agora. Embora seja teoricamente possível que uma divisão sexual do trabalho não implique desigualdade entre os sexos, na maioria das sociedades conhecidas, a divisão sexual do trabalho socialmente aceitável é aquela que atribui um estatuto inferior ao trabalho das

mulheres. A divisão sexual do trabalho é também a base das subculturas sexuais em que homens e mulheres vivem a vida de forma diferente; é a base material do poder masculino que é exercido (na nossa sociedade) não só pelo fato de homens não fazerem tarefas domésticas e de assegurarem um emprego superior, mas também no aspecto psicológico.

A forma como as pessoas satisfazem as suas necessidades sexuais, como se reproduzem, como incutem normas sociais nas novas gerações, como aprendem o gênero, como se sentem um homem ou uma mulher – tudo isso ocorre no domínio do que Rubin designa por sistema sexo/gênero. Rubin salienta a influência do parentesco (que nos diz com quem podemos satisfazer as necessidades sexuais) e o desenvolvimento de personalidades específicas de gênero através da educação de filhos e filhas e da “máquina edípica”. Além disso, contudo, podemos utilizar o conceito de sistema sexo/gênero para examinar todas as outras instituições sociais no que se refere aos papéis que desempenham na definição e no reforço das hierarquias de gênero. Rubin afirma que, teoricamente, um sistema de sexo/gênero pode ser dominante feminino, dominante masculino ou igualitário, mas declina em rotular os vários sistemas de sexo/gênero conhecidos ou em periodizar a história em tal conformidade. Optamos por rotular o nosso sistema de sexo/gênero atual de patriarcado, porque capta adequadamente a noção de hierarquia e de dominância masculina que consideramos central no presente sistema.

A produção econômica (aquilo a que os marxistas estão habituados a chamar o modo de produção) e a produção de pessoas na esfera do sexo/gênero determinam “a organização social sob a qual vivem as pessoas de uma época histórica particular e de um país particular”, segundo Engels. Assim, toda a sociedade pode ser compreendida através da análise destes dois tipos de produção e reprodução: pessoas e coisas³³. Não existe um “capitalismo puro”, nem existe um “patriarcado puro”, pois eles têm necessariamente de coexistir. O que existe é o capitalismo patriarcal, ou o feudalismo patriarcal, ou as sociedades igualitárias caçadoras/coletoras, ou as sociedades hortícolas matriarcais, ou as sociedades hortícolas patriarcais, e assim sucessivamente. Não parece haver uma relação necessária entre as transformações em um aspecto da produção e as transformações em outro. Uma sociedade pode passar da transição do capitalismo para o socialismo, por exemplo, e continuar a ser patriarcal³⁴. O senso comum, a história e a nossa experiência nos dizem, no entanto, que esses dois aspectos da produção estão tão intimamente ligados que a mudança em um deles cria, em geral, movimento, tensão ou contradição no outro.

As hierarquias raciais também podem ser entendidas nesse contexto. Poderá ser possível aprofundar a definição de sistemas cor/raça, arenas da vida social que levam em conta a cor biológica e a transformam em uma categoria social, a raça. As hierarquias raciais, tal como as hierarquias de gênero, são aspectos da nossa organização social, da forma como as pessoas são produzidas e reproduzidas. Não são fundamentalmente ideológicas; constituem o segundo aspecto do nosso modo de produção, a produção e a reprodução das pessoas. Assim, talvez seja mais correto nos referirmos às nossas sociedades não como, por exemplo, simplesmente capitalistas, mas como capitalistas patriarcais supremacistas brancas. Na Parte III, a seguir, ilustraremos um caso em que o capitalismo se adapta e utiliza as ordens raciais e vários exemplos das inter-relações entre o capitalismo e o patriarcado.

O desenvolvimento capitalista cria os lugares para uma hierarquia de trabalhadores, mas as categorias marxistas tradicionais não conseguem nos dizer quem ocupará que lugares. As hierarquias de gênero e raciais determinam quem preenche os lugares vazios. *O patriarcado não é simplesmente uma organização hierárquica*, mas uma hierarquia em que *determinadas* pessoas ocupam *determinados* lugares. É estudando o patriarcado que aprendemos por que é que as mulheres são dominadas e como. Embora acreditemos que a maioria das sociedades conhecidas foram patriarcais, não vemos o patriarcado como um fenômeno universal e imutável. Pelo contrário, o patriarcado, o conjunto de inter-relações entre os homens que permite a eles dominarem as mulheres, mudou de forma e de intensidade ao longo do tempo. É crucial que a hierarquia entre os homens, e o seu acesso diferenciado aos benefícios patriarcais, sejam examinados. Certamente que a classe, a raça, a nacionalidade e até o estado civil e a orientação sexual, para além da idade, entram em jogo. E as mulheres de diferentes classes, raças, nacionalidades, estados civis ou orientações sexuais estão sujeitas a diferentes graus de poder patriarcal. As próprias mulheres podem exercer poder de classe, raça ou nacionalidade, ou mesmo poder patriarcal (através das suas ligações familiares) sobre homens em condições inferiores na hierarquia patriarcal do que os seus próprios parentes masculinos.

Resumindo: definimos o patriarcado como um conjunto de relações sociais que tem uma base material, na qual existem relações hierárquicas entre os homens, e solidariedade entre eles, o que lhes permite, por sua vez, dominar as mulheres. A base material do patriarcado é o controle dos homens sobre a força de trabalho das mulheres. Esse controle é mantido pela exclusão das mulheres do acesso aos recursos economicamente produtivos necessários, e pela restrição da sexualidade das mulheres. Os homens exercem o seu controle ao receberem serviços pessoais das mulheres, ao não terem que realizar tarefas domésticas ou criar filhos e filhas, ao terem acesso ao corpo das mulheres para sexo e ao se sentirem, e efetivamente serem, poderosos. Os elementos cruciais do patriarcado, tal como os vivenciamos *atualmente*, são: o casamento heterossexual (e a conseqüente homofobia), a criação de filhos e filhas e as tarefas domésticas feitas pelas mulheres, a dependência econômica das mulheres em relação aos homens (imposta por disposições no mercado de trabalho), o Estado e as numerosas instituições baseadas nas relações sociais entre homens – clubes, esportes, sindicatos, profissões, universidades, igrejas, corporações e exércitos. Todos esses elementos têm que ser examinados se quisermos compreender o capitalismo patriarcal.

Tanto a hierarquia quanto a interdependência entre os homens, bem como a subordinação das mulheres, são parte *integrantes* do funcionamento da nossa sociedade; ou seja, essas relações são *sistêmicas*. Deixemos de lado a questão da gênese dessas relações e perguntemos: podemos reconhecer relações patriarcais nas sociedades capitalistas? Nas sociedades capitalistas, temos que descobrir esses mesmos laços entre os homens que, segundo os cientistas sociais burgueses e marxistas, já não existem, ou são, no máximo, resquícios do passado, sem relevância. Podemos compreender como é que estas relações entre os homens se perpetuam nas sociedades capitalistas? Podemos identificar as formas como o patriarcado moldou o curso do desenvolvimento capitalista?

III. A ASSOCIAÇÃO ENTRE PATRIARCADO E CAPITAL

Como reconhecer as relações sociais patriarcais nas sociedades capitalistas? Parece que cada mulher é oprimida apenas pelo seu próprio homem; a sua opressão parece ser um assunto privado. As relações entre os homens e entre as famílias parecem igualmente fragmentadas. É difícil reconhecer as relações entre homens, e entre homens e mulheres, como *sistemicamente* patriarcais. Defendemos, no entanto, que o patriarcado, enquanto sistema de relações entre homens e mulheres, existe no capitalismo e que, nas sociedades capitalistas, existe uma associação saudável e forte entre o patriarcado e o capital. No entanto, se partirmos do conceito de patriarcado e de uma compreensão do modo de produção capitalista, reconhecemos de imediato que a associação entre o patriarcado e o capital não era inevitável; os homens e os capitalistas têm frequentemente interesses contraditórios, particularmente no que diz respeito à utilização da força de trabalho das mulheres. Eis uma das formas em que esse conflito pode se manifestar: a grande maioria dos homens pode querer as suas mulheres em casa para os servirem de modo personalizado. Um número menor de homens, que são capitalistas, pode querer que a maioria das mulheres (não as suas) trabalhe no mercado de trabalho assalariado. Ao analisarmos historicamente as tensões desse conflito em torno da força de trabalho das mulheres, poderemos identificar a base material das relações patriarcais nas sociedades capitalistas, bem como a base da associação entre o capital e o patriarcado.

A industrialização e o desenvolvimento do salário familiar

Os marxistas fizeram inferências bastante lógicas a partir de uma seleção de fenômenos sociais que observaram no século XIX. Mas, em última análise, os marxistas acabaram por subestimar a potência das forças sociais patriarcais preexistentes com que o capital nascente teve de se confrontar, bem como a necessidade do capital de se ajustar a essas forças. A Revolução Industrial enredava todas as pessoas para a força de trabalho, incluindo mulheres e crianças; na verdade, as primeiras fábricas utilizavam quase exclusivamente trabalho infantil e de mulheres³⁵. O fato de as mulheres e as crianças poderem ganhar salários separadamente dos homens minava as relações de autoridade (como referido na Parte I) e mantinha os salários baixos para todos. Kautsky, escrevendo em 1892, descreve o processo da seguinte forma:

[Com] a esposa e filhos pequenos do trabalhador [...] capazes de cuidar de si mesmos, o salário do homem trabalhador pode ser reduzido com segurança ao nível das suas próprias necessidades pessoais, sem o risco de interromper o suprimento constante de força de trabalho.

O trabalho de mulheres e crianças, além disso, oferece a vantagem adicional de que estes são menos capazes de resistência do que os homens [sic]; e sua introdução nas fileiras dos trabalhadores aumenta tremendamente a quantidade de trabalho que é oferecido para venda no mercado.

Por conseguinte, o trabalho de mulheres e crianças [...] também diminui [a] capacidade de resistência [do trabalhador homem], na medida em que sobrecarrega o mercado. Devido a essas duas circunstâncias, diminui o salário do homem trabalhador³⁶.

Os efeitos terríveis na vida familiar da classe trabalhadora pelos baixos salários e pela participação forçada de todos os membros da família na força de trabalho foram reconhecidos pelos marxistas. Kautsky escreveu:

O sistema capitalista de produção não destrói, na maior parte dos casos, o lar do trabalhador, mas o despoja de tudo, exceto de suas características desagradáveis. A atividade da mulher prossegue na indústria hoje em dia, [...] isso significa um aumento de seu antigo fardo por um novo. *Mas não se pode servir a dois senhores.* A família do trabalhador sempre sofre quando a sua esposa tem de ajudar a ganhar o pão de cada dia³⁷.

Os trabalhadores, assim como Kautsky, reconheciam as desvantagens do trabalho assalariado das mulheres. As mulheres não somente eram “concorrência barata”, mas também eram as suas próprias esposas, as quais não poderiam “servir dois senhores” bem.

Os trabalhadores do sexo masculino resistiram à entrada maciça de mulheres e crianças na força de trabalho, procuraram excluí-las da filiação sindical e, inclusive, da própria força de trabalho. Em 1846, o *Ten Hours' Advocate* declarou:

Não há necessidade de dizer que todas as tentativas para melhorar a moral e a condição física das operárias serão frustradas, a menos que as suas horas de trabalho sejam substancialmente reduzidas. De fato, podemos chegar ao ponto de dizer que as mulheres casadas estariam muito melhor ocupadas se desempenhassem as tarefas domésticas em suas casas do que acompanhando o movimento incansável das máquinas. Esperamos, portanto, que não esteja longe o dia em que o marido poderá sustentar a sua esposa e a sua família, sem mandar a primeira suportar o trabalho árduo de uma fábrica de algodão³⁸.

Em 1854, nos Estados Unidos, o Sindicato Nacional Tipográfico resolveu não “encorajar, através da sua lei, o emprego de mulheres na tipografia”. Os homens sindicalistas não queriam dar proteção sindical às mulheres trabalhadoras; em vez disso, tentaram excluí-las. Em 1879, Adolph Strasser, presidente do Sindicato Internacional dos Fabricantes de Charutos, disse: “Não podemos expulsar as mulheres da profissão, mas podemos restringir a sua cota diária de trabalho através de leis fabris³⁹.”

Embora o problema da concorrência barata pudesse ter sido resolvido através da organização das mulheres e de jovens assalariados, o mesmo não ocorreria com relação ao problema da perturbação da vida familiar. Os homens reservaram a proteção sindical para os homens, e reivindicavam leis laborais protetoras para as mulheres e as crianças⁴⁰. As leis laborais protetoras, embora possam ter atenuado alguns dos piores abusos do trabalho feminino e infantil, também limitaram a participação das mulheres adultas em muitos empregos “masculinos”⁴¹. Os homens procuraram manter para si os empregos com salários elevados, e aumentar os salários masculinos em geral. Defendiam salários suficientes para que apenas o seu trabalho assalariado sustentasse as suas famílias. Esse sistema de “salário familiar” passou, gradualmente, a ser a norma para as famílias estáveis da classe trabalhadora no final do século XIX e início do século XX⁴². Vários observadores declararam que a mulher não assalariada fazia parte do padrão de vida dos trabalhadores⁴³. Em vez de lutarem pela igualdade de salários entre homens e mulheres, os trabalhadores homens defendiam o salário familiar, com o intuito de manterem os serviços das suas mulheres na unidade doméstica. Na ausência do patriarcado, uma classe trabalhadora unificada poderia ter enfrentado o capitalismo, mas as relações sociais patriarcais dividiram a classe trabalhadora, permitindo

que uma parte (os homens) “se vendesse” às custas da outra (as mulheres). Tanto a hierarquia entre os homens como a solidariedade entre eles foram cruciais nesse processo de resolução. O salário familiar pode ser entendido como uma resolução do conflito sobre a força de trabalho das mulheres que estava ocorrendo entre os interesses patriarcais e capitalistas naquela época.

Os salários familiares, para a maioria dos homens adultos, implicam na aceitação e convivência deles com salários inferiores para outros, jovens, mulheres e também homens socialmente definidos como inferiores (irlandeses, negros, etc., os grupos mais baixos na hierarquia patriarcal, a quem são negados muitos dos benefícios patriarcais). Os salários mais baixos para as mulheres, para as crianças e para os homens inferiores são impostos pela segregação profissional no mercado de trabalho, mantida, por sua vez, pelos sindicatos e pela gestão, bem como por instituições auxiliares como as escolas, os programas de formação e até as famílias. A segregação do trabalho por sexo, ao assegurar que as mulheres tenham os empregos mais mal pagos, garante a dependência econômica das mulheres em relação aos homens, e reforça as noções de esferas apropriadas para mulheres e homens. Para a maioria dos homens, portanto, o desenvolvimento dos salários familiares assegurou a base material da dominação masculina de duas maneiras. Em primeiro lugar, os homens têm os melhores empregos no mercado de trabalho e ganham salários mais elevados do que as mulheres. O fato de as mulheres receberem salários mais baixos no mercado de trabalho perpetua a vantagem material dos homens sobre as mulheres e as incentiva a escolherem a profissão de esposa como carreira. Em segundo lugar, as mulheres fazem o trabalho doméstico, cuidam de filhos e filhas e prestam outros serviços em casa, que beneficiam diretamente os homens⁴⁴. As responsabilidades domésticas das mulheres reforçam, por sua vez, a posição inferior das mulheres no mercado de trabalho⁴⁵.

A resolução que se desenvolveu no início do século XX pode ser vista como benéfica para os interesses capitalistas, bem como para os interesses patriarcais. Os capitalistas, argumenta-se frequentemente, reconheceram que, nas condições extremas que prevaleceram na industrialização do início do século XIX, as famílias da classe trabalhadora não podiam se reproduzir adequadamente. Perceberam que as donas de casa produziam e mantinham trabalhadores mais saudáveis do que as esposas assalariadas, e que as crianças instruídas se tornavam melhores trabalhadoras do que as não instruídas. O acordo, que consistia em pagar salários familiares aos homens e manter as mulheres em casa, convinha, naquele momento, tanto aos capitalistas quanto aos trabalhadores homens. Embora os termos do acordo tenham se alterado ao longo do tempo, continua a ser verdade que a família e o trabalho das mulheres servem ao capital, ao proverem força de trabalho e servirem aos homens no espaço em que eles exercem os seus privilégios. As mulheres, ao trabalharem para servirem aos homens e suas famílias, também servem ao capital como consumidoras⁴⁶. Conforme já explicaram Firestone, a Escola de Frankfurt e muitos outros, a família é, também, o lugar onde se aprende a dominação e a submissão⁴⁷. Crianças obedientes se tornam trabalhadores e trabalhadoras obedientes; meninas e meninos aprendem cada um o seu papel atribuído.

Enquanto o salário familiar mostra que o capitalismo se adapta ao patriarcado, a mudança do estatuto das crianças mostra que o patriarcado se adapta ao capital. As crianças, tal como as mulheres, *Germinar: marxismo e educação em debate, Salvador, v.17, n.1, p. 314 – 343, mai. 2025. ISSN: 2175-5604* 330

passaram a ser excluídas do trabalho assalariado. À medida que a capacidade das crianças para ganhar dinheiro diminuiu, a sua relação jurídica com os pais se alterou. No início da era industrial, nos Estados Unidos, a satisfação da necessidade das crianças por seus pais era crucial, até mesmo primordial para o seu desenvolvimento feliz; os pais tinham prioridade legal em casos de custódia contestada. Conforme a capacidade das crianças para contribuir para o bem-estar econômico da família foi diminuindo, as mães passaram a ser cada vez mais vistas como cruciais para o desenvolvimento feliz de seus filhos e suas filhas, e ganharam prioridade legal em casos de custódia contestada⁴⁸. O patriarcado adaptou-se assim à evolução do papel econômico das crianças: quando as crianças eram produtivas, os homens reclamavam-nas; quando as crianças se tornavam improdutivas, eram entregues às mulheres.

A associação no século XX

A previsão dos marxistas do século XIX de que o patriarcado se desvaneceria perante a necessidade do capitalismo de proletarizar a todos e todas não se concretizou. Os marxistas não só subestimaram a força e a flexibilidade do patriarcado, como também sobrestimaram a força do capital. Imaginaram a nova força social do capitalismo, que tinha destruído as relações feudais, como virtualmente todo-poderosa. Os observadores contemporâneos estão em melhor posição para ver a diferença entre as tendências do capitalismo “puro” e as do capitalismo “real”, à medida em que este último se confronta com as forças históricas na prática diária. As discussões sobre as associações entre o capital e as ordens raciais, e sobre a segmentação do mercado de trabalho, fornecem exemplos adicionais de como as forças capitalistas “puras” se confrontam com a realidade histórica. O capitalismo tem demonstrado grande flexibilidade nesse processo.

Os marxistas que estudaram a África do Sul argumentam que, embora as ordens raciais não permitam a proletarização igual de todos, isso não significa que as barreiras raciais impeçam a acumulação de capital⁴⁹. Em abstrato, os analistas poderiam argumentar sobre quais as disposições que permitiriam aos capitalistas extrair maior mais-valia. No entanto, em uma situação histórica particular, os capitalistas têm de se preocupar com o controle social, com a resistência de grupos de trabalhadores e com a intervenção do Estado. O Estado pode intervir para reproduzir a sociedade como um todo; pode ser necessário fiscalizar alguns capitalistas, para controlar as piores tendências do capital. Tendo em conta esses fatores, os capitalistas maximizam o maior montante de lucros *praticáveis*. Se, para efeitos de controle social, os capitalistas organizam o trabalho de uma determinada forma, nada no capital em si determina quem (ou seja, quais indivíduos com quais características) deve ocupar os degraus mais altos e quem deve ocupar os mais baixos da força de trabalho assalariada. Ajuda, certamente, que os próprios capitalistas sejam, provavelmente, o grupo social dominante e, portanto, racistas (e sexistas). O capitalismo herda as características atribuídas aos grupos dominantes, bem como as atribuídas aos seus subordinados.

Argumentos recentes sobre a tendência do capital monopolista de criar segmentação do mercado de trabalho são consistentes com o referido entendimento⁵⁰. Quando os capitalistas segmentam propositalmente a força de trabalho, utilizando características descritivas para dividir a classe trabalhadora,

isso deriva claramente da necessidade de controle social, e não de necessidades de acumulação em sentido estrito⁵¹. E, com o tempo, nem todas essas tentativas de divisão têm êxito ou são lucrativas. A capacidade do capital para moldar a força de trabalho depende tanto dos imperativos particulares da acumulação, em sentido estrito (por exemplo, a produção está organizada de uma forma que exige a comunicação entre um grande número de trabalhadores? Se assim for, é melhor que todos falem a mesma língua)⁵², como das forças sociais no interior de uma sociedade que podem encorajar/forçar o capital a se adaptar (a manutenção de banheiros separados para brancos e para negros na África do Sul só pode ser entendida como um custo econômico para os capitalistas, mas um custo inferior ao custo social de tentar forçar os brancos sul-africanos a se lavarem juntamente com os negros).

Se o primeiro elemento do nosso argumento sobre o curso do desenvolvimento capitalista é que o capital não é todo-poderoso, o segundo é que o capital é tremendamente flexível. A acumulação de capital encontra formas sociais pré-existentes, e tanto as destrói como se adapta a elas. A adaptação do capital pode ser vista como um reflexo da *força* dessas formas preexistentes para se preservarem em novos ambientes. No entanto, mesmo quando perseveram, não se mantêm inalteradas. A ideologia com que a raça e o sexo são entendidos atualmente, por exemplo, é fortemente moldada pelas formas particulares pelas quais as divisões raciais e sexuais são reforçadas no processo de acumulação.

A família e o salário familiar hoje

Defendemos acima que, no que diz respeito ao capitalismo e ao patriarcado, a adaptação, ou a acomodação mútua, tomou a forma de desenvolvimento do salário familiar no início do século XX. O salário familiar cimentou a associação entre o patriarcado e o capital. Apesar do aumento da participação das mulheres na força de trabalho, particularmente rápido desde a Segunda Guerra Mundial, o salário familiar, conforme argumentamos, continua a ser a pedra angular da atual divisão sexual do trabalho – em que as mulheres são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, e os homens os principais responsáveis pelo trabalho assalariado. Os salários mais baixos das mulheres no mercado de trabalho (combinados com a necessidade de que filhos e filhas sejam criados por alguém) asseguram a existência contínua da família como uma unidade necessária de partilha de rendimentos. A família, sustentada pelo salário familiar, permite, assim, o controle do trabalho das mulheres pelos homens, tanto dentro como fora dela.

Embora o aumento do trabalho assalariado das mulheres possa causar perturbações às famílias (semelhante às perturbações que Kautsky e Engels observaram no século XIX), seria errado pensar que, como consequência, os conceitos e as realidades da família e da divisão sexual do trabalho desaparecerão em breve. A divisão sexual do trabalho reaparece no mercado de trabalho, onde as mulheres trabalham em empregos de mulheres, muitas vezes os mesmos trabalhos que costumavam fazer apenas na unidade doméstica – preparação de comida, serviços pessoais, limpeza de todos os tipos, cuidados de pessoas, e assim por diante. Como esses empregos são de *status* inferior e de baixa remuneração, as relações

patriarcais permanecem intactas, embora a sua base material mude um pouco da relação nas famílias para a diferença salarial, do patriarcado de base familiar para o patriarcado de base industrial⁵³.

As relações patriarcais de base industrial são impostas de diversas maneiras. Os contratos com os sindicatos que especificam salários mais baixos, menores benefícios e menores oportunidades de progressão para as mulheres não são apenas resquícios herdados do passado – um caso de atitudes sexistas ou de ideologia supremacista masculina –, eles mantêm a base material do sistema patriarcal. Embora alguns cheguem ao ponto de argumentar que o patriarcado já está ausente da família (ver, por exemplo, Stewan Ewen, *Captains of Consciousness*)⁵⁴, nós não o faríamos. Apesar do fato de que os termos do compromisso entre o capital e o patriarcado estejam se transformando, à medida em que tarefas adicionais anteriormente atribuídas à família são capitalizadas, e a localização da distribuição da força de trabalho das mulheres muda⁵⁵, é verdade, contudo, como argumentamos acima, que a diferença salarial, resultado da extrema segregação profissional no mercado de trabalho, reforça a família e, com ela, a divisão doméstica do trabalho, ao encorajar as mulheres a se casarem. O “ideal” do salário familiar — de que um homem pode ganhar o suficiente para sustentar uma família inteira — pode estar dando lugar a um novo ideal, de que tanto homens quanto mulheres contribuem por meio do salário para a renda monetária da família. A diferença salarial, então, se tornará cada vez mais necessária para perpetuar o patriarcado, o controle dos homens sobre a força de trabalho das mulheres. A diferença salarial ajudará a *definir* o trabalho das mulheres como secundário ao dos homens, ao mesmo tempo em que necessita da dependência econômica real e contínua das mulheres em relação a eles. A divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho e em outros lugares deve ser entendida como uma manifestação do patriarcado que serve para perpetuá-lo.

Muitas pessoas argumentaram que, embora a associação entre capital e patriarcado exista agora, ela pode, *a longo prazo*, se mostrar intolerável para o capitalismo; o capital pode eventualmente destruir tanto as relações familiares quanto o patriarcado. A lógica desse argumento é a de que as relações sociais capitalistas (das quais a família não é um exemplo) tendem a se tornar universalizadas, e que as mulheres se tornarão cada vez mais capazes de ganhar dinheiro, e se recusarão, gradativamente, a se submeterem à subordinação na família. E já que a família é opressiva, especialmente para mulheres e crianças, entrará em colapso assim que as pessoas puderem se sustentar fora dela.

Não pensamos que as relações patriarcais incorporadas na família possam ser destruídas tão facilmente pelo capital, e vemos pouca evidência de que o sistema familiar esteja se desintegrando atualmente. Embora a crescente participação das mulheres na força de trabalho tenha tornado o divórcio mais viável, os incentivos ao divórcio não são esmagadores para as mulheres. Os salários das mulheres permitem que bem poucas mulheres sustentem a si mesmas e a seus filhos e filhas de forma independente e adequada. A evidência da decadência da família tradicional é, na melhor das hipóteses, frágil. A taxa de divórcio não aumentou tanto, contudo, se uniformizou entre as classes; além disso, a taxa de novos casamentos também é bastante alta. Até o censo de 1970, a idade de realização de primeiros casamentos seguia seu declínio histórico. Desde 1970, as pessoas parecem ter adiado o casamento e a maternidade. Entretanto, mais recentemente, a taxa de natalidade começou a aumentar novamente. É verdade que, agora, porções maiores da população estão vivendo fora das famílias tradicionais. Os jovens,

especialmente, estão deixando as casas dos pais e estabelecendo suas próprias famílias antes de se casarem e iniciarem famílias tradicionais. Pessoas mais velhas, especialmente as mulheres, encontram-se sozinhas em suas próprias unidades domésticas depois que filhos e filhas crescem, ou quando vivenciam a separação ou morte de cônjuge. No entanto, as tendências indicam que as novas gerações de jovens formarão famílias nucleares em algum momento de suas vidas adultas, em proporções maiores do que nunca. As coortes, ou grupos de pessoas, nascidas desde 1930, têm taxas muito mais altas de casamento e criação de filhos e filhas do que as coortes anteriores. A duração dos casamentos e da criação dos filhos e filhas pode estar diminuindo, mas os índices de casamentos ainda estão em crescimento⁵⁶.

O argumento de que o capital destrói a família também ignora as forças sociais que tornam a vida familiar atraente. Apesar das críticas às famílias nucleares como psicologicamente destrutivas, em uma sociedade competitiva, a família ainda atende às necessidades reais de muitas pessoas. Isso é verdade não apenas para a monogamia de longo prazo, mas também para a criação de filhos e filhas. Pais solteiros carregam fardos financeiros e psíquicos. Para as mulheres da classe trabalhadora, em particular, esses fardos tornam a “independência” da participação na força de trabalho ilusória. As famílias monoparentais têm sido vistas recentemente pelos analistas políticos como formações familiares de transição, que se tornam famílias biparentais após o novo casamento⁵⁷.

Pode ser que os efeitos da crescente participação das mulheres na força de trabalho sejam encontrados em uma divisão sexual do trabalho em declínio dentro da família, mais que em divórcios mais frequentes, mas também faltam evidências disso. Estatísticas sobre quem faz o trabalho doméstico, mesmo em famílias com esposas assalariadas, mostram pouca mudança nos últimos anos; as mulheres ainda fazem a maior parte do trabalho doméstico⁵⁸. A jornada dupla é uma realidade para mulheres assalariadas. Isso não é surpreendente, já que a divisão sexual do trabalho fora da família, no mercado de trabalho, mantém as mulheres financeiramente dependentes dos homens, mesmo quando elas ganham o próprio salário. O futuro do patriarcado não depende, no entanto, apenas do futuro das relações familiares. Pois o patriarcado, como o capital, pode ser surpreendentemente flexível e adaptável.

Seja ou não a divisão patriarcal do trabalho, dentro da família e em outros lugares, “em última instância” intolerável para o capital, ela está moldando o capitalismo agora. Como ilustramos abaixo, o patriarcado legitima o controle capitalista e deslegitima certas formas de luta contra o capital.

Ideologia no Século XX

O patriarcado, ao estabelecer e legitimar a hierarquia entre os homens (ao permitir que homens de todos os grupos controlem pelo menos algumas mulheres), reforça o controle capitalista. E os valores capitalistas moldam a definição do bem patriarcal.

Os fenômenos psicológicos que Shulamith Firestone identifica são exemplos particulares do que acontece em relacionamentos de dependência e dominação. Eles decorrem das realidades do poder social dos homens — que às mulheres é negado — mas são moldados pelo fato de que ocorrem no contexto de uma sociedade capitalista⁵⁹. Se examinarmos as características dos homens como as feministas radicais os

descrevem — competitivos, racionais, dominadores — eles são muito parecidos com a descrição dos valores dominantes da sociedade capitalista.

Essa “coincidência” pode ser explicada de duas maneiras. Em primeiro lugar, os homens, como trabalhadores assalariados, são absorvidos nas relações sociais capitalistas no trabalho, levados à competição que essas relações prescrevem, e absorvem seus valores correspondentes⁶⁰. A descrição feminista radical dos homens não estava totalmente desalinhada das sociedades capitalistas. Em segundo lugar, mesmo quando homens e mulheres não se comportam da maneira como as normas sexuais prescrevem, os homens *reivindicam para si* aquelas características que são valorizadas na ideologia dominante. Assim, por exemplo, os autores de *Crestwood Heights* descobriram que, enquanto os homens, que eram profissionais, passavam seus dias manipulando subordinados (frequentemente usando técnicas que apelam a motivos fundamentalmente irracionais para obter o comportamento requerido), homens e mulheres caracterizavam os primeiros como homens “racionais e pragmáticos”. E, enquanto as mulheres dedicavam grandes energias ao estudo de métodos científicos de criação e desenvolvimento infantil, eram caracterizadas como “irracionais e emocionais” por homens e mulheres em *Crestwood Heights*⁶¹.

Isso ajuda a explicar não apenas as características “masculinas” e “femininas” nas sociedades capitalistas, mas também a forma particular que a ideologia sexista assume nas sociedades capitalistas. Assim como o trabalho das mulheres serve ao duplo propósito de perpetuar a dominação masculina e a produção capitalista, a ideologia sexista serve ao duplo propósito de glorificar as características masculinas/valores capitalistas e aviltar as características femininas/necessidades sociais. Se as mulheres fossem degradadas ou tornadas impotentes em outras sociedades, as razões (racionalizações) que os homens teriam para isso seriam diferentes. Somente em uma sociedade capitalista faz sentido menosprezar as mulheres como emocionais ou irracionais. Como epítetos, essas qualificações não teriam feito sentido no Renascimento. Somente em uma sociedade capitalista faz sentido menosprezar as mulheres como “dependentes”. “Dependente” como uma designação não faria sentido em sociedades feudais. Uma vez que a divisão do trabalho garante que as mulheres, como esposas e mães nas famílias, estejam amplamente preocupadas com a produção de valores de uso, a depreciação dessas atividades ofusca a incapacidade do capital em atender as necessidades socialmente determinadas, ao mesmo tempo em que degrada as mulheres aos olhos dos homens, fornecendo uma justificativa para o domínio masculino. Um exemplo disso pode ser visto na ambivalência peculiar dos comerciais de televisão. Por um lado, eles se dirigem aos reais obstáculos para o atendimento das necessidades socialmente determinadas: detergentes que destroem roupas e irritam a pele, produtos malfeitos de todos os tipos. Por outro lado, a preocupação com esses problemas deve ser menosprezada; isso é feito via ridicularização das mulheres, as trabalhadoras que lidam diretamente com esses problemas.

Um argumento paralelo que demonstra a associação do patriarcado com o capitalismo pode ser feito com relação à divisão sexual da força de trabalho. A divisão sexual do trabalho coloca as mulheres em empregos mal pagos e em tarefas consideradas apropriadas ao papel das mulheres. As mulheres são professoras, assistentes sociais e a grande maioria das trabalhadoras nas áreas da saúde. Os papéis de cuidado que as mulheres desempenham nesses empregos são considerados de *status* inferior, porque o

capitalismo enfatiza a independência pessoal e a capacidade da empresa privada de atender às necessidades sociais, ênfases contraditadas pela necessidade de serviços sociais ofertados coletivamente. Enquanto a importância social das tarefas de cuidado puder ser depreciada, porque as mulheres as desempenham, a confrontação prioritária do capital entre valor de troca e uma demanda por valores de uso poderá ser evitada. Dessa forma, não é o feminismo, mas o sexismo que divide e debilita a classe trabalhadora.

IV. RUMO A UMA UNIÃO MAIS PROGRESSISTA

Muitos problemas ainda nos restam para explorar. O patriarcado, como o concebemos aqui, continua sendo mais um termo descritivo do que analítico. Se achamos que o marxismo sozinho é inadequado, e o feminismo radical em si é insuficiente, então precisamos desenvolver novas categorias. O que torna nossa tarefa difícil é que os mesmos aspectos, como a divisão do trabalho, reforçam, muitas vezes, tanto o patriarcado quanto o capitalismo, e, em uma sociedade capitalista completamente patriarcal, é difícil isolar os mecanismos do patriarcado. No entanto, é isso que devemos fazer. Assinalamos alguns pontos de partida: observar quem se beneficia da força de trabalho das mulheres, descobrir a base material do patriarcado, investigar os mecanismos de hierarquia e solidariedade entre os homens. As perguntas que devemos fazer são infundáveis.

Podemos falar das leis do movimento de um sistema patriarcal? Como o patriarcado faz surgir a luta feminista? Que tipos de política sexual e luta entre os sexos podemos ver em sociedades diferentes das capitalistas avançadas? Quais são as contradições do sistema patriarcal e qual é sua relação com as contradições do capitalismo? Sabemos que as relações patriarcais deram origem ao movimento feminista e que o capital gera a luta de classes, mas como a relação do feminismo com a luta de classes foi desenvolvida em contextos históricos? Nesta seção, tentamos fornecer uma resposta a esta última pergunta.

Feminismo e a luta de classes

Historicamente e no presente, a relação entre feminismo e luta de classes tem sido ou de caminhos totalmente separados (feminismo “burguês” de um lado, luta de classes do outro), ou, dentro da esquerda, o domínio do marxismo sobre o feminismo. Com relação a este último, isso tem sido uma consequência tanto do poder analítico do marxismo quanto do poder dos homens dentro da esquerda. Isso produziu tanto lutas abertas na esquerda quanto uma posição contraditória para as feministas marxistas.

A maioria das feministas que também se veem como radicais (antissistema, anticapitalistas, anti-imperialistas, socialistas, comunistas, marxistas etc.) concordam que a ala radical do movimento das mulheres perdeu força, enquanto o setor liberal parece ter aproveitado o momento e tomado a frente. Nosso movimento não está mais naquele período emocionante e energético em que não importa o que fizessemos, ele funcionava – para aumentar a consciência, para trazer mais mulheres ao movimento (mais

até do que poderíamos incorporar), para aumentar a visibilidade das questões das mulheres na sociedade, muitas vezes de maneiras fundamentalmente desafiadoras para as relações capitalistas e patriarcais na sociedade. Agora sentimos que partes do movimento estão sendo cooptadas e o “feminismo” está sendo usado contra as mulheres – por exemplo, em processos judiciais, em que os juízes argumentam que as mulheres que saem de casamentos de longo prazo, nos quais eram donas de casa, não precisam de pensão alimentícia porque é notório que as mulheres estão libertadas agora. O fracasso, até o momento, em garantir a aprovação da Emenda de Direitos Iguais nos Estados Unidos indica a presença de medos legítimos entre muitas mulheres, de que o feminismo continuará a ser usado contra elas, e indica uma necessidade real de reavaliarmos nosso movimento, de analisarmos por que ele foi cooptado dessa forma. É lógico que recorreremos ao marxismo para obter ajuda nessa reavaliação, porque é uma teoria desenvolvida da mudança social. A teoria marxista é mais desenvolvida que a teoria feminista, e em nossa tentativa de usá-la, às vezes, nos desviamos dos objetivos feministas.

A esquerda sempre se mostrou ambivalente quanto ao movimento das mulheres, muitas vezes o vendo como perigoso para a causa da revolução socialista. Quando as mulheres de esquerda defendem o feminismo, isso pode ser pessoalmente ameaçador para os homens da esquerda. E, claro, muitas organizações de esquerda se beneficiam do trabalho das mulheres. Portanto, muitas análises de esquerda (tanto em formas progressistas quanto tradicionais) servem a si próprias, tanto teórica quanto politicamente. Elas buscam influenciar as mulheres a abandonar as tentativas de desenvolver uma compreensão independente da situação das mulheres e a adotar as análises da “esquerda” da situação. Quanto à nossa resposta a essa pressão, é natural que, como nós mesmas nos voltamos para a análise marxista, tentemos pertencer à “fraternidade” usando esse paradigma, e podemos acabar tentando justificar nossa luta para a fraternidade em vez de tentar analisar a situação das mulheres para melhorar nossa prática política. Finalmente, muitos marxistas estão satisfeitos com a análise marxista tradicional da “questão das mulheres”. Eles veem a classe como a estrutura correta para entender a posição das mulheres. As mulheres devem ser entendidas como parte da classe trabalhadora; a luta da classe trabalhadora contra o capitalismo deve ter precedência sobre qualquer conflito entre homens e mulheres. Não se deve permitir que o conflito sexual interfira na solidariedade de classe.

À medida em que a situação econômica nos Estados Unidos piorou nos últimos anos, a análise marxista tradicional se reafirmou. Nos anos 60, o movimento pelos direitos civis, o movimento estudantil pela liberdade de expressão, o movimento antiguerra, o movimento das mulheres, o movimento ambientalista e a crescente militância de grupos profissionais e de colarinho branco levantaram novas questões para os marxistas. Mas agora, o retorno de problemas econômicos óbvios, como inflação e desemprego, eclipsou a importância dessas demandas, e a esquerda retornou aos “fundamentos” – política da classe trabalhadora (definida de forma restrita). As crescentes facções “marxista-leninistas pré-partidárias” se autoproclamam antifeministas, tanto na teoria quanto na prática. E há sinais de que a presença de questões feministas na esquerda acadêmica também está diminuindo. As creches estão desaparecendo das conferências de esquerda. À medida em que o marxismo ou a economia política se tornam intelectualmente aceitáveis, a rede de “velhos rapazes” da academia liberal é substituída pela rede

auxiliar de “jovens camaradas” marxistas e radicais, igualmente masculinas em seus membros e perspectivas, apesar de sua juventude e radicalismo.

As pressões sobre mulheres radicais para abandonar essas tarefas bobas e se tornarem revolucionárias “sérias” aumentaram. Nosso trabalho parece uma perda de tempo comparado à inflação e ao desemprego. É sintomático do domínio masculino que *nosso* desemprego nunca tenha sido considerado em uma crise. Na última grande crise econômica, na década de 1930, o vasto desemprego foi parcialmente resolvido excluindo mulheres de muitos tipos de empregos – um trabalho assalariado por família, e esse trabalho era do homem. O capitalismo e o patriarcado se recuperaram – fortalecidos da crise. Assim como as crises econômicas desempenham uma função restauradora para o capitalismo, ao corrigir desequilíbrios, elas também podem servir ao patriarcado. Os anos trinta colocaram as mulheres de volta em seu lugar.

A luta contra o capital e o patriarcado não pode ser exitosa se o estudo e a prática das questões do feminismo forem abandonados. Uma luta voltada apenas para as relações capitalistas de opressão falhará se as relações patriarcais de opressão que lhe servem de suporte forem negligenciadas. E a análise do patriarcado é essencial para uma definição do tipo de socialismo útil para as mulheres. Enquanto homens e mulheres compartilham a necessidade de derrubar o capitalismo, os grupos mantêm interesses particulares ao seu gênero. Não está nítido – a partir do nosso esboço, da história ou dos socialistas homens – que o socialismo pelo qual se luta é o mesmo para homens e mulheres. Pois um socialismo humano exigiria não apenas consenso sobre como a nova sociedade deveria ser e sobre como uma pessoa saudável deveria ser, mas, mais concretamente, exigiria que os homens renunciassem a seus privilégios.

Como mulheres, não devemos permitir que nos dissuadam da urgência e importância de nossas tarefas, como fizemos tantas vezes no passado. Devemos lutar contra a tentativa de coerção, sutil ou não, para que abandonemos os objetivos feministas.

Isso sugere duas considerações estratégicas. Primeiro, uma luta para estabelecer o socialismo deve ser uma luta na qual grupos com interesses diferentes formem uma aliança. As mulheres não deveriam confiar nos homens para libertá-las após a revolução, em parte porque não há razão para pensar que eles saberiam como; em parte porque não há necessidade de que eles o façam. Na verdade, seu interesse próprio imediato reside em nossa opressão contínua. Em vez disso, devemos ter nossas próprias organizações e nossa própria base de poder. Segundo, pensamos que a divisão sexual do trabalho dentro do capitalismo deu às mulheres uma prática para aprender a entender o que são a interdependência e as necessidades humanas. Enquanto os homens lutam há muito tempo *contra* o capital, as mulheres sabem *por* que lutar⁶². Como regra geral, a posição dos homens no patriarcado e no capitalismo os impede de reconhecer tanto as necessidades humanas de cuidado, compartilhamento e crescimento, quanto o potencial para atender a essas necessidades em uma sociedade não hierárquica e não patriarcal. Mas mesmo se elevarmos sua consciência, os homens podem avaliar os ganhos potenciais contra as perdas potenciais, e escolher o *status quo*. Os homens têm mais a perder do que suas correntes.

Como socialistas feministas, devemos organizar uma prática que unifique a luta tanto contra o patriarcado quanto contra o capitalismo. Devemos insistir que a sociedade que queremos criar seja uma sociedade na qual o reconhecimento da interdependência seja libertação e não vergonha, o cuidado seja

uma prática universal, não opressiva, na qual as mulheres não sigam sendo a sustentação das liberdades, tanto falsas como concretas, dos homens.

¹ Original: HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of Marxism and Feminism: toward a more progressive union. In: SARGENT, Lydia. *Women & Revolution: a discussion of the unhappy marriage of Marxism and Feminism*. Montréal: Black Rose Books, 1981, p. 1-41.

² Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas. Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis, membra do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social e do Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6183475552707235> . Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8284-6605> . Email: livia.c.moraes@ufes.br

³ Mestre em Administração pela FUCAPE. Mestrando em Política Social no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5470821541798603>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5401-3067>. Email: felipes.miranda@hotmail.com

⁴Frequentemente parafraseado como “o marido e a esposa são um e esse é o marido”, a Lei Inglesa sustentava que “pelo casamento, o marido e a esposa são uma pessoa perante a lei: isto é, o próprio ser ou existência legal da mulher é suspensa durante o casamento, ou pelo menos é incorporada e consolidada no marido”, I. Blackstone, Comentários, 1965, p. 442-445, citado em Kenneth M. Davidson, Ruth B. Ginsburg e Herma H. Kay, *Sex Based Discrimination* (St. Paul, Minn: West Publishing Co., 1974), p. 117.

⁵ Frederick Engels, *The Origin of the Family, Private Property and the State*, editado, com uma introdução de Eleanor Burke Leacock (Nova York: International Publishers, 1972) [Friedrich Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, editado com introdução de Eleanor Burke Leacock (São Paulo: Expressão Popular, 2012)].

⁶ Frederick Engels, *The Condition of the Working Class in England* (Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1958) [Friedrich Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (São Paulo: Boitempo, 2008)]. Ver especialmente p. 162-66 e p. 296 do original, em inglês.

⁷ Eli Zaretsky, “Capitalism, the Family, and personal life”, *Socialist Revolution*, Parte I, n. 13-14 (janeiro a abril de 1973), p. 66-125, e Parte II, n. 15 (maio a junho de 1973), p. 19-70. Também Zaretsky, “Socialist politics and the family”, *Socialist Revolution* (agora *Socialist Review*), n. 19 (janeiro a março de 1974), p. 83-98, e *Capitalism, the Family, and personal life* (Nova York: Harper & Row, 1976). Na medida em que alegam que suas análises são relevantes para as mulheres, “Marx, Freud, and the Critique of Everyday Life” (Nova York: *Monthly Review Press*, 1973) de Bruce Brown, e “Everday Life in the Modern World” (Nova York: Harper & Row, 1971), de Henri Lefebvre, podem ser agrupados com Zaretsky.

⁸ Nisso, Zaretsky segue Margaret Benston (“The Political Economy of Women's Liberation”, *Monthly Review*, Vol. 21, n. 4 [setembro de 1961], p. 13-27), que fez pedra angular de sua análise o fato de que as mulheres têm uma relação diferente com o capitalismo do que os homens. Ela argumentou que as mulheres na unidade doméstica produzem valores de uso e que os homens, no mercado de trabalho, produzem valores de troca. Ela denominou o trabalho das mulheres de pré-capitalista (e encontrou no trabalho comum das mulheres a base para sua unidade política). Zaretsky se baseia nessa diferença essencial no trabalho dos homens e das mulheres, mas os define como capitalistas.

⁹ Zaretsky, “Personal Life”, Part I, p. 114.

¹⁰ Mariarosa Dalla Costa, “Women and the subversion of the community”, em *The Power of Women and the Subversion of the Community*, por Mariarosa Dalla Costa e Selma James (Bristol, Inglaterra: Falling Wall Press, 1973; segunda edição), panfleto, 78 p.

¹¹ É interessante notar que no artigo original (citado em nota 13 acima), Dalla Costa sugere que os salários para o trabalho doméstico apenas institucionalizariam o papel da mulher como dona de casa (p. 32; 34), mas em uma nota (nota 19, p. 52-53), ela explica a popularidade da demanda e seu uso como uma ferramenta para conscientização. Desde então, ela tem apoiado ativamente a pauta. Ver Dalla Costa, “A General Strike”, em *All Work and No Pay: Women, Housework, and the Wages Due*, ed. Wendy Edmond e Suzie Fleming (Bristol, Inglaterra: Falling Wall Press, 1975).

¹² O texto do artigo diz: “Temos que deixar claro que, dentro do salário, o trabalho doméstico não produz meramente valores de uso, mas é essencial para a produção de mais-valia” (p. 31). A nota 12 diz: “O que queremos

dizer precisamente é que o trabalho doméstico como trabalho é *produtivo* no sentido marxista, isto é, produz mais-valia” (p. 52, ênfase original). Até onde sabemos, essa afirmação nunca foi feita de forma mais rigorosa pelo grupo de Salários para Trabalho Doméstico. No entanto, os marxistas responderam amplamente à afirmação.

¹³ A literatura do debate inclui Lise Vogel, “The Eanhly Family”, *Radical America*, Vol. 7, n. 4-5 (julho-outubro de 1973), p. 9-50; Ira Gerstein, “Domestic Work and Capitalism”, *Radical America*, Vol. 7, n. 4-5 (julho-outubro de 1973, p. 101-128); John Harrison, “Political economy of housework”, *Bulletin of the Conference of Socialist Economists*, Vol. 3, n. 1 (1973); Wally Seccombe, “The housewife and her labour under capitalism”, *New Left Review*, n. 83 (janeiro-fevereiro de 1974), p.3-24; Margaret Coulson, Branka Magas e Hilary Wainwright, “The housewife and her labour under capitalismo, a critique”, *New Left Review*, n. 89 (janeiro-fevereiro de 1975), p. 59-71; Jean Gardiner, “Women’s domestic Labour”, *New Left Review*, n. 89 (janeiro-fevereiro de 1975), p. 47-58; Ian Gough e John Harrison, “Unproductive labour and housework again”, *Bulletin of the Conference of Socialist Economists*, Vol. 4, n. 1 (1975); Jean Gardiner, Susan Himmelweit e Maureen Mackintosh, “Women’s domestic labour”, *Bulletin of the Conference of Socialist Economists*, Vol. 4, n. 2 (1975); Wally Seccombe, “Domestic Labour: reply to critics”, *New Left Review*, n. 94 (novembro-dezembro de 1975), p. 85-96; Terry Fee, “Domestic labour: na analysis of housework and its relation to the production process”, *Review of Radical Political Economics*, Vol. 8, n. 1 (primavera de 1976), p. 1-8; Susan Himmelweit e Simon Mohun, “Domestic labour and capital”, *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 1, n. 1 (março de 1977), p. 15-31.

¹⁴ Nos EUA, a crítica política mais ouvida ao grupo que pauta salários para trabalho doméstico tem sido seu oportunismo.

¹⁵ Laura Oren documenta isso para a classe trabalhadora em “Welfare of Women in Laboring Families: England, 1860-1950”, *Feminist Studies*, Vol. 1, n. 3-4 (inverno-primavera de 1973), p. 107-25.

¹⁶ O falecido Stephen Hymer nos apontou uma fragilidade básica na análise de Engels em *A Origem*, uma fragilidade que ocorre porque Engels falha ao analisar o processo de trabalho dentro da família. Engels argumenta que os homens impuseram a monogamia porque queriam deixar suas propriedades para seus próprios filhos. Hymer argumentou que, longe de ser um “presente” da pequena burguesia, a possível herança é usada como um porrete para fazer as crianças trabalharem para seus pais. É preciso olhar para o processo de trabalho e quem se beneficia do trabalho de quais outros.

¹⁷ Isso é uma paráfrase. Marx escreveu: “A manutenção e a reprodução da classe trabalhadora é, e deve ser sempre, uma condição necessária para a reprodução do capital. Mas o capitalista pode seguramente deixar o seu cumprimento aos instintos de auto-preservação e propagação do trabalhador”. *Capital* (Nova Iorque: International Publishers, 1967), Vol. 1, p. 572. [Na edição brasileira: “A manutenção e a reprodução constantes da classe trabalhadora continuam a ser uma condição constante para a reprodução do capital. O capitalista pode abandonar confiadamente o preenchimento dessa condição ao impulso de autoconservação e procriação dos trabalhadores”. Marx, K. *O Capital*, Vol 1 (São Paulo: Boitempo, 2013), p. 647].

¹⁸ Harry Braverman, *Labor and Monopoly Capital* (Nova York: Monthly Review Press, 1975). [Harry Braverman, *Trabalho e Capital Monopolista* (Rio de Janeiro: Guanabara, 1987)].

¹⁹ Juliet Mitchell, *Women's Estate* (Nova York: Viritage Books, 1973), p. 92.

²⁰ Engels, *Origem*, “Preface to the First Edition”, p. 71-72 [Edição brasileira: Prefácio à primeira edição, p. 17-20]. A continuação desta citação diz: “[...] pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro”. É interessante que, por consequência, o trabalho é excluído de ocorrer dentro da família; este é precisamente o ponto cego que queremos superar neste ensaio.

²¹ Juliet Mitchell, “Women: The Longest Revolution”, *New Left Review*, No. 40 (novembro-dezembro de 1966), p. 11-37, também reimpresso pela *New England Free Press*. [Mitchell, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista Gênero*, Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232. Tradução: Rodolfo Konder] 2. sem. 2006.

²² Juliet Mitchell, *Psychoanalysis and Feminism* (New York: Pantheon Books, 1974) [Juliet Mitchell, *Psicanálise e feminismo*: Freud, Reich, Laing e a mulher. Belo Horizonte: Interlivros, 1979].

²³ Mitchell, *Psychoanalysis*, p. 412.

²⁴ Shulamith Firestone, *The Dialectic of Sex* (New York: Bantam Books, 1971) [Shulamith Firestone, *A dialética do sexo*: um manifesto da revolução feminista. Rio de Janeiro: Labor, 1976].

²⁵ “Politics of Ego: A Manifesto for New York Radical Feminists” pode ser encontrado em *Rebirth of Feminism*, ed. Judith Hole e Ellen Levine (Nova York: Quadrangle Books, 1971), p. 440-443. “Feministas radicais” são aquelas feministas que argumentam que a dinâmica mais fundamental da história é a luta dos homens para dominar as mulheres. “Radical”, nesse contexto, não significa anticapitalista, socialista, contracultural, etc., mas tem o significado específico desse conjunto particular de crenças feministas ou grupo de feministas. Escritos adicionais de feministas radicais, das quais as Feministas Radicais de Nova York são provavelmente as mais influentes, podem ser encontrados em *Radical Feminism*, ed. Ann Koedt (Nova York: Quadrangle Press, 1972).

²⁶ Focar no poder foi um importante passo à frente na crítica feminista de Freud. Firestone argumenta, por exemplo, que se as meninas “invejavam” os pênis era porque reconheciam que os meninos cresciam para se tornarem membros de uma classe poderosa, e as meninas cresciam para serem dominadas por eles. A impotência, não a neurose, era o cerne da situação das mulheres. Mais recentemente, as feministas criticaram Firestone por rejeitar a utilidade do conceito de inconsciente. Ao procurar explicar a força e a continuação da dominância masculina, os escritos feministas recentes enfatizaram a natureza fundamental das diferenças de personalidade baseadas em gênero, suas origens no inconsciente e a conseqüente dificuldade de sua erradicação. Ver Dorothy Dinnerstein, *The Mermaid and the Minotaur* (Nova York: Harper Colophon Books, 1977), Nancy Chodorow, *The Reproduction of Mothering* (Berkeley: University of California Press, 1978) e Jane Flax, “The Conflict Between Nurturance and Autonomy in Mother-Daughter Relationships and Within Feminism,” *Feminist Studies*, Vol. 4, n. 2, Junho, 1978), p. 141-189.

²⁷ Kate Millett, *Sexual Politics* (New York: Avon Books, 1971), p. 25 [Kate Millet, *Política Sexual*. Lisboa: Dom Quixote, 1974]

²⁸ Um exemplo desse tipo de história feminista radical é *Against Our Will, Men, Women, and Rape* (Nova York: Simon & Shuster, 1975), de Susan Brownmiller.

²⁹ Para a visão da ciência social burguesa do patriarcado, ver, por exemplo, a distinção de Weber entre autoridade tradicional e legal, *Max Weber: The Theories of Social and Economic Organization*, ed. Talcott Parson (Nova York: The Free Press, 1964), p. 328-357. Essas visões também são discutidas em Elizabeth Fee, “The Sexual Politics of Victorian Social Anthropology”, *Feminist Studies*, Vol. 1, n. 3-4 (inverno-primavera de 1973), p. 23-29, e em Robert A. Nisbet, *The Sociological Tradition* (Nova York: Basic Books, 1966), especialmente Capítulo 3, “Community”.

³⁰ Ver Viana Muller, “The Formation of the State and the Oppression of Women: Some Theoretical Considerations and a Case Study in England and Wales”, *Review of Radical Political Economics*, Vol. 9, n. 3 (outono de 1977). p. 7-21.

³¹ As formas particulares pelas quais os homens controlam o acesso das mulheres a recursos econômicos importantes e restringem sua sexualidade variam enormemente, tanto de sociedade para sociedade, quanto de subgrupo para subgrupo, e ao longo do tempo. Os exemplos que usamos para ilustrar o patriarcado nesta seção, no entanto, são extraídos principalmente da experiência de brancos em países capitalistas ocidentais. A diversidade é mostrada em *Toward an Anthropology of Women*, ed. Rayna Rapp Reiter (Nova York: Monthly Review Press, 1975), *Woman, Culture and Society*, ed. Michelle Rosaldo e Louise Lamphere (Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1974), e *Females, Males, Families: A Biosocial Approach*, por Liba Leibowitz (North Scituate, Massachusetts: Duxbury Press, 1978). O controle da sexualidade das mulheres está intimamente ligado ao lugar social das crianças. Uma compreensão da demanda (de homens e capitalistas) por crianças é crucial para entender as mudanças na subordinação das mulheres. Onde as crianças são necessárias por sua força de trabalho presente ou futura, a sexualidade das mulheres tenderá a ser direcionada para a reprodução e criação de filhos e filhas. Quando as crianças são vistas como supérfluas, a sexualidade das mulheres para outros propósitos, que não reprodutivos, é encorajada, mas os homens tentarão direcioná-la para a satisfação das necessidades masculinas. A garota *Cosmo* é um bom exemplo de uma mulher “liberada” da criação de filhos e filhas apenas para se descobrir voltando todas as suas energias para atrair e satisfazer os homens. Os capitalistas também podem usar a sexualidade feminina para seus próprios fins, como mostra o sucesso da *Cosmo* na publicidade de produtos de consumo.

³² Gayle Rubin, “The Traffic in Women”, em *Anthropology of Women*, ed. Reiter, p. 159 [Gayle Rubin, O tráfico de mulheres, In _____. *Políticas do Sexo*, São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 11].

³³ Himmelweit e Mohun apontam que ambos os aspectos da produção (pessoas e coisas) são logicamente necessários para descrever um modo de produção, porque, por definição, um modo de produção deve ser capaz de se reproduzir. Nenhum dos aspectos sozinho é autossuficiente. Para simplificar, a produção de coisas requer pessoas, e a produção de pessoas requer coisas. Marx, embora reconhecendo a necessidade do capitalismo por pessoas, não se preocupou com a forma como elas eram produzidas ou quais eram as conexões entre os dois aspectos da produção. Ver Himmelweit e Mohun, “*Domestic Labour and Capital*” (nota 13 acima).

³⁴ Para uma excelente discussão sobre uma dessas transições para o socialismo, ver Batya Weinbaum, “Women in Transition to Socialism: Perspectives on the Chinese Case”, *Review of Radical Political Economics*, Vol. 8, n. 1 (Primavera de 1976), p. 34-58.

³⁵ É importante lembrar que, no período pré-industrial, as mulheres contribuíam com uma grande parcela para a subsistência de suas famílias, seja participando de um ofício familiar ou de atividades agrícolas. O início do trabalho assalariado para as mulheres permitiu e exigiu que essa contribuição ocorresse independentemente dos homens na família. A contrapartida, então, não era que as mulheres ganhassem renda, mas o que elas o faziam além do controle de seus maridos ou pais. Alice Clark, *The Working Life of Women in the Seventeenth Century* (Nova York: Kelly, 1969) descreve os papéis econômicos pré-industriais das mulheres e as mudanças que ocorreram à medida que o capitalismo progredia. Parece ser o caso de que Marx, Engels e Kautsky não estavam totalmente cientes do papel econômico das mulheres antes do capitalismo.

³⁶ Karl Kautsky, *The Class Struggle* (New York: Norton, 1971), p. 25-26.

³⁷ Poderíamos acrescentar, “fora da unidade doméstica”, Kautsky, *Class Struggle*, p. 26, grifo nosso.

³⁸ Citado em Neil Smelser, *Social Change and the Industrial Revolution* (Chicago: University of Chicago Press, 1959), p. 301.

³⁹ Esses exemplos são de Heidi I. Hartmann, “Capitalism, Patriarchy, and Job Segregation by Sex”, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Vol. 1, n. 3, pt. 2 (primavera de 1976), p. 162-163.

⁴⁰ Assim como as leis de fábrica foram promulgadas para o benefício de todos os capitalistas contra o protesto de alguns poucos, também a legislação protetora para mulheres e crianças pode ter sido promulgada pelo Estado com vistas à reprodução da classe trabalhadora. Somente uma visão completamente instrumentalista do Estado negaria que as leis fabris e a legislação protetora legitimaram o Estado ao fornecer concessões enquanto respostas às demandas da própria classe trabalhadora.

⁴¹ Para uma discussão mais completa sobre a legislação trabalhista protetora e as mulheres, ver Ann C. Hill, “Protective Labor Legislation for Women: Its Origin and Effect”, mimeografado (New Haven, Conn.: Yale Law School, 1970), partes das quais foram publicadas em Barbara A. Babcock, Ann E. Freedman, Eleanor H. Norton e Susan C. Ross, *Sex Discrimination and the Law: Causes and Remedies* (Boston: Little, Brown & Co., 1975), um excelente texto jurídico. Ver também Hartmann, “Job Segregation by Sex”, p. 164-166.

⁴² Uma leitura de Alice Clark, *The Working Life of Women*, e Ivy Pinchbeck, *Women Workers*, sugere que a expropriação da produção da unidade doméstica foi seguida por um processo de ajuste social que criou a norma social do salário familiar. Heidi Hartmann, em *Capitalism and Women's Work in the Home, 1900-1930* (dissertação de doutorado não publicada, Yale University, 1974; Temple University Press a ser publicada) argumenta, com base em dados qualitativos, que esse processo ocorreu nos EUA no início do século XX. Deve-se ser capaz de testar essa hipótese quantitativamente examinando estudos de orçamento familiar para diferentes anos e observando a tendência da proporção da renda familiar para diferentes grupos de renda, fornecida pelo marido. No entanto, esses dados não estão disponíveis em forma comparável para nosso período. A resolução do salário familiar provavelmente foi minada no período pós-Segunda Guerra Mundial. Carolyn Shaw Bell, em “Working Women's Contribution to Family Income”, *Eastern Economic Journal*, Vol. 1, n. 3 (Julho 1974), p. 185-201, apresenta dados atuais e argumenta que agora é incorreto assumir que o homem é o principal provedor da família. No entanto, qualquer que seja a situação real hoje ou no início do século, argumentaríamos que a norma social *era, e é*, que os homens devem ganhar o suficiente para sustentar suas famílias. Dizer que tem sido a norma não significa dizer que foi universalmente alcançado. Na verdade, é precisamente o fracasso em atingir a norma que é digno de nota. Daí a observação de que, na ausência de salários suficientemente altos, os padrões familiares “normativos” desaparecem, como, por exemplo, os imigrantes que chegaram no século XIX e os americanos do terceiro mundo hoje. Oscar Handlin, *Boston's Immigrants* (Nova York: Atheneum, 1968) discute Boston em meados do século XIX, onde mulheres irlandesas eram empregadas em indústrias têxteis; as mulheres constituíam mais da metade de todos os trabalhadores assalariados e frequentemente sustentavam maridos desempregados. O debate sobre a estrutura familiar entre os negros americanos hoje continua; ver Carol B. Stack, *All Our Kin: Strategies for Survival in a Black Community* (Nova York: Harper and Row, 1974), especialmente Cap. 1. Também argumentaríamos (ver abaixo) que, para a maioria das famílias, a norma é mantida pelos lugares relativos que homens e mulheres ocupam no mercado de trabalho.

⁴³ Hartmann, em *Women's Work*, argumenta que a esposa que não trabalhava era, geralmente, considerada parte do padrão de vida masculino no início do século XX (ver. 136, n. 6), e Gerstein, “Domestic Work”, sugere que a norma da esposa trabalhadora entra na determinação do valor da força de trabalho do homem trabalhador (ver. 121).

⁴⁴ A importância do fato de as mulheres realizarem serviços para os homens na unidade doméstica não pode ser exagerada. Como Pat Mainardi disse em “The Politics of Housework”, “[a] medida de sua opressão é resistência dele” (em *Sisterhood is Powerful*, ed. Robin Morgan [Nova York: Vintage Books, 1970], p. 451). Seu artigo, talvez tão importante para nós quanto o de Firestone sobre o amor, é uma análise das relações de poder entre homens e mulheres, exemplificadas pelo trabalho doméstico.

⁴⁵ Libby Zimmerman explorou a relação da filiação aos mercados de trabalho primário e secundário com os padrões familiares na Nova Inglaterra. Ver seu *Women in the Economy: A Case study of Lynn, Massachusetts, 1760-1974* (dissertação de doutorado não publicada, Heller School, Brandeis, 1977). Batya Weinbaum está atualmente explorando a relação entre papéis familiares e lugares no mercado de trabalho. Ver seu “Redefining the Question of Revolution”, *Review of Radical Political Economics*, Vol. 9, n. 3 (outono de 1977), p. 54; 78, e *The Curious Courtship of Women's Liberation and Socialism* (Boston: South End Press, 1978). Estudos adicionais sobre a associação entre capitalismo e patriarcado podem ser encontrados em Zillah Eisenstein, ed., *Capitalist Patriarchy and the case for Socialist Feminism* (Nova York: Monthly Review Press, 1978).

⁴⁶ Ver Batya Weinbaum e Amy Bridges, “The Other Side of the Paycheck: Monopoly Capital and the Structure of Consumption”, *Monthly Review*, Vol. 28, n. 3 julho-agosto 1976), p. 88-103, para uma discussão sobre o trabalho de consumo das mulheres.

⁴⁷ Para a visão da Escola de Frankfurt, ver Max Horkheimer, “Authority and the Family”, em *Critical Theory* (Nova York: Herder & Herder, 1972) e Frankfurt Institute of Social Research, “The Family”, em *Aspects of Sociology* (Boston: Beacon, 1972).

- ⁴⁸ Carol Brown, “Patriarchal Capitalism and the Female-Headed Family”, *Social Scientist* (India); n. 40-41 (novembro-dezembro 1975), p. 28-39
- ⁴⁹ Para mais informações sobre ordens raciais, ver Stanley Greenberg, “Business Enterprise in a Racial Order”, *Politics and Society*, Vol. 6, n. 2 (1976), p. 213-240, e Michael Burroway, *The Color of Class in the Copper Mines: From African Advancement to Zambianization* (Manchester, Inglaterra: Manchester University Press, Zambia Papers, n. 7, 1972).
- ⁵⁰ Ver Michael Reich, David Gordon e Richard Edwards, “A Theory of Labor Market Segmentation”, *American Economic Review*, Vol. 63, n. 2 (maio de 1973), p. 359-365, e o livro que eles editaram, *Labor Market Segmentation* (Lexington, Mass: D.C. Heath, 1975) para uma discussão sobre a segmentação do mercado de trabalho.
- ⁵¹ Ver David M. Gordon, “Capitalist Efficiency and Socialist Efficiency”, *Monthly Review*, Vol. 28, n. 3, julho-agosto 1976), p. 19-39, para uma discussão sobre eficiência qualitativa (necessidades de controle social) e eficiência quantitativa (necessidades de acumulação).
- ⁵² Por exemplo, os fabricantes de Milwaukee organizaram os trabalhadores na produção, primeiro de acordo com os grupos étnicos, mas, depois, ensinaram todos os trabalhadores a falar inglês, à medida em que a tecnologia e as necessidades de controle social apropriado mudavam. Ver Gerd Korman, *Industrialization, Immigrants, and Americanizers, a View from Milwaukee, 1866-1921* (Madison: The State Historical Society of Wisconsin, 1967).
- ⁵³ Carol Brown, em “Patriarchal Capitalism”, argumenta, por exemplo, que estamos mudando de um patriarcado “baseado na família” para um patriarcado “baseado na indústria”, dentro do escopo do sistema capitalista.
- ⁵⁴ Stewart Ewen, *Captains of Consciousness* (New York: Random House, 1976).
- ⁵⁵ Jean Gardiner, em “Women's Domestic Labour” (ver nota 13), esclarece a causa da mudança na localização do trabalho de mulheres, do ponto de vista do capital. Ela examina o que o capital precisa (em termos do nível de salários reais, da oferta de trabalho e do tamanho dos mercados) em vários estágios de crescimento e do ciclo de negócios. Ela argumenta que em tempos de expansão ou rápido crescimento é provável que socializar o trabalho doméstico (ou mais precisamente capitalizá-lo) seja a tendência dominante, e que em tempos de recessão, o trabalho doméstico será mantido em sua forma tradicional. Ao tentar avaliar a provável direção da economia britânica, no entanto, Gardiner não avalia as necessidades econômicas do patriarcado. Argumentamos neste ensaio que, a menos que se leve em conta o patriarcado e o capital, não se pode avaliar adequadamente a provável direção do sistema econômico.
- ⁵⁶ Para a proporção de pessoas em famílias nucleares, ver Peter Uhlenberg, “Cohort Variations in Family Life Cycle Experiences of U.S. Females”, periódico *Mamage and the Family*, Vol. 36, n. 5 (maio de 1974), p. 284-92. Para taxas de novos casamentos, ver Paul C. Glick e Arthur Norton, “Perspectives on the Recent Upturn in Divorce and Remarriage”, *Demography*, Vol. 10 (1974), p. 301-14. Para divórcio e níveis de renda, ver Arthur Norton e Paul C. Glick, “Marital Instability: Past, Present, and Future”, periódico *Social Issues*, Vol. 32, n. 1 (1976), p. 5-20. Ver também Mary Jo Bane, *Here to Stay: American Families in the Twentieth Century* (Nova York: Basic Books, 1976).
- ⁵⁷ Heather L. Ross and Isabel B. Sawhill, *Time of Transition: The Growth of Families Headed by Women* (Washington, D.C.: The Urban Institute, 1975).
- ⁵⁸ Ver Kathryn E. Walker e Margaret E. Woods *Time Use: A Measure of Household Production of Family Goods and Services* (Washington D.C.: American Home Economics Association, 1976; e Heidi I. Hartmann, “The Family as the Locus of Gender, Class, and Political Struggle: The Example of Housework”, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Vol. 6, n. 3 (primavera de 1981).
- ⁵⁹ *The Hidden Injuries of Class* (Nova York: Random House, 1973) [*A corrosão do caráter* (Rio de Janeiro: Record, 2009)], de Richard Sennett e Jonathan Cobb, examina tipos semelhantes de fenômenos psicológicos dentro de relacionamentos hierárquicos entre homens no trabalho.
- ⁶⁰ Isso deve fornecer algumas pistas para diferenças de classe no sexismo, as quais não pudemos explorar aqui.
- ⁶¹ Ver John R. Seeley, et al., *Crestwood Heights* (Toronto: University of Toronto Press, 1956), p. 382-94. Embora o lugar dos homens possa ser caracterizado como “na produção”, isso não significa que o lugar das mulheres seja simplesmente “não na produção” - suas tarefas também são moldadas pelo capital. Seu trabalho não assalariado é resultado, no dia a dia, da produção para troca com necessidade socialmente determinada, o fornecimento de valores de uso em uma sociedade capitalista (este é o contexto do consumo). Ver Weinbaum e Bridges, “The Other Side of the Paycheck”, para uma discussão mais completa desse argumento. O fato de as mulheres fornecerem “apenas” valores de uso em uma sociedade dominada por valores de troca pode ser usado para depreciar as mulheres.
- ⁶² Lise Vogel, “The Earthly Family” (ver nota 13).

Recebido em: 06 de mar. de 2025

Aprovado em: 02 de mai de 2025